

Sustentabilidade
das ONGs
no Brasil
ACESSO A RECURSOS PRIVADOS

Expediente

Sustentabilidade das ONGs no Brasil – acesso a recursos privados

Coordenação da pesquisa

Taciana Gouveia

Uma publicação da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong)

Grupo de referência teórico-metodológico

Antonio Eleilson Leite

Taciana Gouveia

Tatiana Dahmer Pereira

Apoio

Oxfam GB

Edição

Iracema Dantas

Pesquisa de campo

Joana Barros

Revisão

Marcelo Bessa

Equipe de apoio

Helda Oliveira Abumanssur

Isabel Junqueira

Isabel Mattos Porto Pato

Projeto gráfico e diagramação

Imaginatto Design

Distribuição dirigida. São permitidas reproduções desta publicação, desde que citada a fonte. Impressa em papel reciclado. ♻️

Publicação disponível em www.abong.org.br

Ficha catalográfica

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S966

Sustentabilidade das ONGs no Brasil : acesso a recursos privados / realização Abong, Associação Brasileira de ONGs - Rio de Janeiro : Abong, 2010.
92p.

Resultado da pesquisa “Acesso a fundos privados por organização não governamentais : a experiência da Abong”, realizada em 2009
Anexos

ISBN 978-85-88502-11-6

1. Organizações não governamentais. 2. Organizações não governamentais - Administração. 3. Angariação de fundos. 4. Doações. 5. Ação social. 6. Responsabilidade social de empresas. 7. Pesquisa social. I. Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. II. Título: Acesso a fundos privados por organizações não governamentais.

10-3092

CDD-361.763

CDU: 364.624:061.23

01.07.10 15.07.10

020155

Sustentabilidade
das ONGs
no Brasil
ACESSO A
RECURSOS PRIVADOS

Expediente institucional

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong)

CONSELHO DIRETOR – 2010 a 2013

DIRETORIA EXECUTIVA

Aldalice Moura da Cruz Otterloo
Instituto Universidade Popular (Unipop)

Ivo Lesbaupin
Iser Assessoria

Raimundo Augusto de Oliveira
Escola de Formação Quilombo dos Palmares (Equip)

Damiên Hazard
Vida Brasil Bahia

Vera Maria Masagão Ribeiro
Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação

DIRETORIAS REGIONAIS

Regional Amazônia (AC, AM, AP, MA, PA, RO, RR, TO)

João Daltro Paiva
Associação Paraense de Apoio às Comunidades
Carentes (Apacc)

Terezinha de Jesus Soares dos Santos
Instituto de Mulheres Negras do Amapá (Imena)

Regional Centro-Oeste (DF, GO, MS, MT)

Sem diretoria

Regional Nordeste I (AL, PB, PE)

Célia Dantas Gentile Rique
Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações
Populares (Gajop)

Luciel Araújo de Oliveira
Serviço de Educação Popular (Sedup)

Regional Nordeste II (BA, SE)

Renato Pêgas Paes da Cunha
Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá)

Edmundo Ribeiro Kroger
Centro de Educação e Cultura Popular (Cecup)

Regional Nordeste III (CE, PI, RN)

Patrick Oliveira
Vida Brasil Ceará

Suzany de Souza Costa
Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre
Assentamentos Humanos (Cearah Periferia)

Soraya Vanini Tupinambá
Associação para Desenvolvimento local
Coproduzido (Adelco)

Regional São Paulo

Alexandre Isaac
Centro de Pesquisas em Educação e Cultura e Ação
Comunitária (Cenpec)

Beloyanis Bueno Monteiro
SOS Mata Atlântica

Luana Vilitis
Instituto Paulo Freire

Waldir Aparecido Mafra
Care Brasil/Care Internacional Brasil

Regional Sudeste (ES, MG, RJ)

Adriana Valle Mota
Nova Pesquisa e Assessoria em Educação

Eleutéria Amora da Silva
Casa da Mulher Trabalhadora (Camtra)

Regional Sul (PR, RS, SC)

João Marcelo Pereira dos Santos
Centro de Assessoria Multiprofissional (Camp)

Maribel Lindenau
Centro de Estudos Bíblicos (Cebi)

Valdevir Both
Centro de Educação e Assessoramento Popular (Ceap)

EQUIPE ABONG

Assistente de diretoria
Helda Oliveira Abumanssur

Administrativo
Marta Elizabete Vieira
Wanderley Figliolo

Secretaria
Kelly Cristina Vieira dos Santos

Comunicação
Ana Maria Straube de Assis Moura

**Programa de Desenvolvimento Institucional
e Relações Internacionais**
Isabel Mattos Porto Pato

Abong Nacional
Rua General Jardim, 660, 7º andar, Vila Buarque.
CEP 01223-010 - São Paulo - SP
Tel/Fax: 55 (11) 3237-2122
E-mail: abong@abong.org.br
www.abong.org.br

A Abong conta com os apoios de:
Evangelischer Entwicklungsdienst (EED)
Fundação Ford
Organização Intereclesiástica para a Cooperação
ao Desenvolvimento (Icco)
Oxfam GB

Sumário

9	PREFÁCIO
17	APRESENTAÇÃO
21	A PESQUISA
23	POR QUE FIZEMOS
33	COMO FIZEMOS
39	O QUE ENCONTRAMOS
55	NOVAS QUESTÕES
61	PERFIL DAS ASSOCIADAS À ABONG
81	ANEXOS
83	RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL OU INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO?
89	QUADRO DE CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS DO GRUPO DE INSTITUTOS E FUNDAÇÕES EMPRESARIAIS (GIFE) QUE APOIAM ORGANIZAÇÕES DA ABONG

Prefácio

Esta publicação retrata como a Associação Brasileira de ONGs (Abong), completando 18 anos de existência, atinge a maioria como instituição catalisadora do potencial de crítica e intervenção do campo de organizações da sociedade civil que representa. Uma associação jovem, interessada em compreender sua trajetória e encontrar no presente as possibilidades de futuro. Na pauta, um tema crucial para a efetiva maioria de qualquer organização: suas bases de sustentação financeira, social e política, ou seja, os meios de que dispõe para garantir sua capacidade de realização e compromisso com a missão.

Depois de uma série de publicações da Abong que focalizaram os fundos públicos, esta nos apresenta um primeiro balanço qualitativo sobre o acesso das associadas aos fundos privados nacionais. Trata-se de uma pesquisa exploratória, baseada em entrevistas com uma amostra de 19 associadas que realizaram parcerias ou tiveram projetos apoiados pelo setor empresarial privado, principalmente por meio de seus institutos e fundações. As entrevistas revelam o esforço dessas ONGs em diversificar suas fontes, enfrentando novos desafios relacionados aos processos

de seleção e à gestão dos projetos. O estudo dá indícios de que se forma um espaço de interseção entre as estratégias do investimento social privado e as de organizações não governamentais voltadas à defesa de direitos, à promoção da democracia, da justiça social e do desenvolvimento sustentável. As limitações desse espaço de interseção parecem residir, até o momento, principalmente no ainda pouco expressivo montante dos recursos privados investidos no campo social, assim como na sua insuficiente abrangência temática.

Ao contextualizar o estudo, a obra retoma o percurso das discussões sobre o acesso das ONGs a fundos públicos, nos marcos da Constituição de 1988 e das conquistas de governos com perfil popular-democrático nas esferas municipais, estaduais e, finalmente, na federal. Ao longo de mais de duas décadas, abrandaram-se de fato as resistências das ONGs às parcerias com governos e, atualmente, a Abong assume como bandeira um marco legal que estabeleça regras republicanas para o acesso de organizações da sociedade civil aos fundos públicos. Entretanto, mesmo contando com um consenso interno ampliado, esse ainda não é um assunto livre de controvérsia e conflitividade para o campo das ONGs, uma vez que outros atores sociais, outrora mais alinhados politicamente com esse campo, insistem na desconfiança da aproximação das ONGs aos órgãos de governo ou aos recursos públicos, interpretando-as como privatização ou cooptação.

A cooperação internacional, por sua vez, também parece ter sido desalojada da confortável posição de “berço esplêndido”, passando a integrar o terreno problemático que as organizações da sociedade civil enfrentam hoje para compor suas bases de sustentação. Se, durante a resistência à ditadura militar no Brasil, importantes agências internacionais, principalmente europeias, estabeleceram com ONGs brasileiras alianças estratégicas que viabilizaram sua atuação em contexto tão adverso, a mudança na

linha política de grande parte dos governos daquele continente, ocorrida ao longo da década de 1990, alterou substancialmente o quadro. O empoderamento de organizações populares, o fortalecimento da democracia participativa e a luta por igualdade tiveram que ceder lugar, nos planos estratégicos dessas agências, à focalização na redução da pobreza.

Traçado esse panorama, temos as análises dos resultados das entrevistas como um estímulo ao amadurecimento da discussão sobre a sustentabilidade das organizações não governamentais no Brasil. De acordo com seus posicionamentos, não é o caso, como poderiam sugerir alguns, de buscar no setor privado uma fonte que substitua os recursos da cooperação internacional, cuja saída do Brasil seria inelutável. E, de fato, o caminho mais profícuo para o fortalecimento desse conjunto de organizações, tendo em vista sua necessária autonomia política, não é o da substituição, mas sim o da diversificação das fontes de recursos. Para trilhá-lo, entretanto, é preciso poder manejar e avaliar criticamente cenários e relações políticas cada vez mais complexas.

O caminho mais profícuo para o fortalecimento desse conjunto de organizações não é o da substituição, mas sim o da diversificação das fontes de recursos

Este estudo esboça alguns dentre muitos novos contornos cujo conhecimento é necessário para compreender e atuar nesses cenários complexos. A começar pelos recursos públicos, há aspectos até agora pouco reconhecíveis e analisados que podem influir na sua acessibilidade, constância e efetividade no apoio às organizações não governamentais. É preciso analisar os prós e contras relacionados aos mecanismos pelos quais os recursos públicos são distribuídos – editais, convênios, termos de parceria ou licitações, entre outros –, a existência de critérios de elegibilidade

e sua capacidade para contemplar a diversidade das organizações em termos de tamanho, tipo de atuação, região, temática etc. É necessário ainda entender a diversidade das próprias fontes estatais existentes ou possíveis: ligadas às várias políticas setoriais ou a canais mais abrangentes, voltados ao fortalecimento da democrática participativa ou à diplomacia, ou ainda as que têm origem nos orçamentos dos órgãos estatais ou no de empresas públicas que, como o estudo aqui apresentado mostra, ainda são confundidas com as empresas privadas.

A relação desse campo de ONGs com a cooperação internacional, por sua vez, se mantém como patrimônio do qual não se deve abrir mão. As análises mais acuradas de processos ainda em curso indicam que, mais do que uma retirada sumária da cooperação internacional, ocorre uma reconfiguração de seus mecanismos, atores e enfoques, que certamente já tem impactos na dinâmica das ONGs no campo da Abong. Não é o caso, entretanto, de lamentações saudosistas, nem de culpabilizar isoladamente as guinadas políticas dos governos europeus ou a vulnerabilidade das agências a essas mudanças. De fato, o Brasil também mudou. Não mudou, é certo, porque tenha superado seus problemas estruturais relacionados às desigualdades sociais e ameaças ambientais, prescindindo então das ajudas externas. Mudou, sim, porque conseguiu, graças ao próprio dinamismo de suas organizações de cidadania ativa e seus vínculos com parceiros internacionais, exercer uma liderança reconhecida na articulação mundial de forças políticas progressistas, críticas ao modelo de sociedade que promove desigualdades e destruição ambiental ao redor do planeta.

Nesse legado, que se manifesta na pujança das articulações associadas ao Fórum Social Mundial, as ONGs brasileiras precisam reconhecer sua parcela de autoria, adotando uma postura mais proativa, avançando na construção de relações mais igualitárias

com seus parceiros internacionais. A reflexão partilhada sobre essa nova conjuntura da cooperação internacional e o desenho de novas estratégias para enfrentá-la já vem sendo realizada em diversos espaços. Entre eles, um especialmente abrangente é o Processo de Articulação e Diálogo (PAD), que envolve sete agências ecumênicas europeias e 165 organizações brasileiras, entre entidades ecumênicas, movimentos sociais, organizações não governamentais e a própria Abong.

Enfim, um terceiro território de novos contornos que as ONGs precisam reconhecer e influenciar no desenho diz respeito ao tema principal desta publicação: o acesso aos fundos privados. Este estudo representa uma contribuição inédita nesse sentido, aliando uma análise

compreensiva da trajetória da associação em relação à sustentabilidade das ONGs, com uma análise cuidadosa das informações prestadas por organizações que acessaram esses recursos. Os dois textos inseridos como anexos ao corpo principal do estudo, por sua vez, agregam informações básicas sobre os campos do investimento social privado e a chamada responsabilidade social das empresas, que certamente são úteis para ONGs que agora dividem também com esses atores a esfera pública não estatal. Por mais que, no conjunto, os recursos investidos por empresas, seus institutos e fundações sejam ainda bastante minoritários quando consideramos o total dos recursos movimentados pelas associadas da Abong, é significativo o fato de que, em 2007, já eram 41,5% das associadas as que tinham esse tipo de fonte na sua composição orçamentária. Parece, entretanto, que as ONGs brasileiras, assim como a sociedade de forma geral, ainda pouco conhecem sobre as possibilidades e limites desse

As ONGs brasileiras ainda pouco conhecem sobre as possibilidades e limites desse universo de organizações que se identificam como investidores sociais privados

universo de organizações que recentemente se identificam como investidores sociais privados, organizados através do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife). Poucos sabem em que áreas e com que estratégias essas instituições vêm atuando, o que representa seu investimento em relação aos excedentes gerados por suas mantenedoras atuantes no mercado, quais as posições em disputa dentro do próprio campo, os conflitos e inovações que o movimentam.

Outra dimensão que só muito recentemente se aborda nesse terreno, que este estudo não pôde por isso captar, diz respeito à abrangência do próprio conceito de fundo privado, que normalmente é atribuído somente àqueles providos e geridos por empresas. Muito recentemente, entretanto, começam a se apresentar no cenário modelos alternativos de fundos privados, ou fundos não estatais, como os de fundações familiares e comunitárias, fundos que se originaram de doações de indivíduos ou famílias, mas adquirem uma gestão totalmente autônoma em relação a essas, ou ainda fundos criados com finalidades específicas, instituídos e geridos por personalidades proeminentes em seu campo de atuação, como é o caso do Fundo Brasil de Direitos Humanos, atuando desde 2006 no apoio a projetos no país.

Finalmente, devem ser considerados também, neste domínio alargado dos fundos privados, as contribuições às ONGs realizadas por indivíduos que se identificam com suas causas, ou ainda os recursos gerados pelas próprias organizações, por meio da venda de produtos ou serviços. Essas duas modalidades compõem, ao lado dos recursos públicos e empresariais, as “pontes para o futuro” que desenharam as organizações integrantes do Programa de Mobilização de Recursos, proposto e financiado pela Oxfam entre 2002 e 2007, envolvendo oito organizações brasileiras, entre elas a Abong. Como relata o livro *Mobilizar para Transformar*, de Domingos Armani, as experiências partilhadas ao longo do programa possibilitaram que as organizações consolidassem a convicção de que mobilizar recursos não

é uma atividade dissociada de suas atividades-fim. Mobilizar recursos é um ato político em todas as suas dimensões, pois traduz a capacidade de uma organização de convencer sobre a legitimidade de suas causas, alargando seu campo de aliados, o que exige o constante aperfeiçoamento de sua capacidade de diálogo.

Aproveitando a menção à importante contribuição da Oxfam ao Programa de Mobilização de Recursos, reolocamos nossos agradecimentos pelo apoio dado também à iniciativa dessa pesquisa, prova da persistência de seu compromisso com o dinamismo e autonomia das organizações da sociedade civil brasileira. Em nome do Conselho Diretor que assumiu a gestão da Abong em 2010, agradecemos também aos membros da gestão que nos antecedeu, pela ousadia e empenho em empreender esse trabalho, em especial aos que nele se envolveram mais diretamente: Taciana Gouveia, Tatiana Dahmer, Helda Oliveira Abumanssur e Antônio Eleílson Leite. De nossa parte, assumimos o compromisso de divulgar seus resultados às associadas e a outras organizações do campo, além de continuar fomentando estudos, análises críticas e o amplo debate sobre o tema da sustentabilidade como dimensão constitutiva do nosso compromisso com um outro mundo possível.

Vera Masagão Ribeiro

Pela Diretoria Executiva Colegiada da Abong

Apresentação

Esta publicação apresenta o resultado da pesquisa “Acesso a fundos privados por organizações não governamentais – a experiência das associadas da Abong”, realizada pela Abong, com apoio da Oxfam GB, no ano de 2009.

A iniciativa consistiu numa experiência inovadora de abordagem do tema para o universo de associadas da Abong. É inovadora porque o tema do acesso a recursos privados nacionais não é claramente presente no cotidiano de reflexão e de ação política da Abong e porque sua abordagem foi pautada na necessidade de constituir parâmetros críticos e mais coletivos para dialogar sobre a natureza de relação entre setor sem fins lucrativos e entidades de mercado.

Nesse sentido, consideramos que a pesquisa contribuiu para aumentar a compreensão sobre a complexidade da relação entre ONGs e empresas, o que amplia as percepções apriorísticas em torno desse campo.

Optamos por mergulhar na realidade dessas relações e conhecer de perto a complexidade desse universo, a partir das experiências

de quem já os percorreu. O trabalho foi realizado de modo a ouvir o que as associadas tinham a dizer de êxitos, dificuldades e desafios e possibilidades nessa relação, resguardando seus princípios e missões institucionais.

A publicação traz, ainda, um resumo do Panorama das Organizações da Associação Brasileira de ONGs, lançado em 2010. O material é resultado de uma pesquisa realizada pela Abong sobre seu campo associativo e permitirá ao público leitor conhecer melhor parte de um universo bastante complexo, diverso, dinâmico e desigual.

Para o público leitor interessado em conhecer ainda mais esse campo, sugerimos uma visita ao site da Abong (www.abong.org.br), onde estão disponíveis outras pesquisas sobre o perfil de suas associadas. Há ainda os livros “*Mobilizar para Transformar: a mobilização de recursos nas organizações da sociedade civil*”, de Domingos Armani; “*Gênero e Mobilização de Recursos*”, de Márcia Laranjeira; e “*Mobilizar: a experiência do programa de formação em mobilização de recursos da Aliança Intéрге*”; todos dedicados ao debate sobre mobilização de recursos e editados pela Oxfam GB, em 2008, em parceria com diversas organizações da sociedade civil brasileira.

Outras recomendações são a pesquisa “Novos desafios à luta por direitos e democracia no Brasil” e o estudo “Investigações sobre a conjuntura dos investimentos das organizações internacionais no campo social brasileiro no período 2008-2010”, iniciativas da Aliança Intéрге, também com apoio da Oxfam GB, que tratam especificamente da redução do apoio da cooperação internacional a entidades civis brasileiras. Esses materiais estão disponíveis gratuitamente para download nos sites www.interge.org.br, www.institutofonte.org.br e www.portalmobilizar.cesar.org.br.



Por Taciana Gouveia

Socióloga, integra a coordenação
colegiada do SOS Corpo –
Instituto Feminista para a Democracia
e foi membro da diretoria executiva
colegiada da Abong

Colaboração de Tatiana Dahmer,
Antônio Eleilson Leite
e Helda Oliveira Abumanssur

A Pesquisa

Por que fizemos

A realização da pesquisa “Acesso a fundos privados por organizações não governamentais: a experiência das associadas da Abong” dá continuidade a uma série de debates e processos desenvolvidos ao longo dos 18 anos da Abong sobre as dimensões da sustentabilidade de suas associadas. Das várias ações que foram desenvolvidas nesse tempo, esta pesquisa tem uma linha de continuidade tanto com as pesquisas trienais sobre as associadas (os chamados Perfis – referentes aos anos de 1998, 2002 e 2006 – e o Panorama 2010) como com as pesquisas e análises sobre o acesso a fundos públicos.¹ Com estas, as conexões são mais fortes, pois, no momento em que tais processos se realizaram, havia alguns campos de tensões, dúvidas e contradições sobre as possibilidades e os limites contidos no acesso a fundos públicos nacionais.

No espaço em que separa a realização da primeira análise sobre o acesso a fundos públicos nacionais e os dias de hoje, as tensões e contradições iniciais foram resolvidas até certo ponto, visto que, do ponto de vista político-discursivo, a questão central passou a ser a constituição de políticas estatais que ampliem, garantam e qualifiquem o acesso

¹ Ver as edições dos anos 2001, 2002, 2003 e 2004 do *Manual de fundos públicos*, publicação da Abong.

das organizações de defesa de direitos e os movimentos sociais a esses recursos. Tais lutas políticas assumem várias formas, seja na formulação de proposta de projeto de lei da Abong para marco regulatório do acesso das ONGs a fundos públicos, seja em processos de caráter mais pontual (como no caso da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 – chamada Lei das Licitações e que passou a afetar as organizações da sociedade civil em seus convênios com o governo federal, em 2005), ou mesmo em debates mais amplos e complexos sobre as possibilidades de constituição de um fundo público para o financiamento de ações dessas organizações e movimentos.

Já do ponto de vista prático, os recursos públicos nacionais são uma realidade cotidiana da maioria absoluta das ONGs associadas à Abong. Em 2007, 60,4% das associadas possuíam recursos públicos federais em seus orçamentos, 30,2% contavam com recursos municipais, e 28,3% afirmaram ter recursos estaduais. É importante observar que os recursos públicos federais são o segundo tipo de fonte mais acessada pelas associadas à Abong, ficando atrás apenas da cooperação internacional, cujo acesso é de 78,3% nos orçamentos de 2007.²

Contudo, a mudança nos patamares políticos sobre o acesso aos recursos públicos foi resultado de processos políticos bastante amplos e complexos, de lutas políticas que extrapolam os limites estritos da sustentabilidade financeira das ONGs. É possível afirmar que o conjunto das lutas políticas travadas por movimentos sociais e ONGs, em especial a partir da década de 1980, criou os campos de possibilidade para que os debates e modos de acesso aos recursos públicos nacionais ocorressem. Sem os sentidos políticos que levaram à formulação e aprovação da Constituição Federal de 1988, não se instauraria nem o campo de disputas sobre o acesso aos fundos públicos, visto que não podemos tomar tal acesso como sendo apenas aquele que é feito por organizações e movimentos sociais de defesa de direitos. Afinal, em

2 GOUVEIA, Taciana; DANILIAUSKAS, Marcelo. *Abong: panorama das associadas*. São Paulo: Abong, 2010.

sociedades capitalistas o setor empresarial sempre acessa, de formas diversas, recursos estatais, sem que isso seja um problema, parecendo ser apenas uma lógica quase natural.

Não é possível deixar de considerar também que a eleição, a partir especialmente da década de 1990, de governos identificados com o chamado “campo popular- democrático” cria correlações políticas diferenciadas que possibilitam maior proximidade entre as concepções de políticas públicas que tais governos instituem e as organizações e movimentos da sociedade civil brasileira. Isso, inclusive, atenua o ponto mais tenso das resistências – o acesso aos recursos públicos levaria a uma localização/redução do papel das ONGS, transformando-as em executoras de políticas públicas –, já que algumas das políticas implementadas foram criação das organizações e movimentos da sociedade civil, sendo provavelmente a construção de cisternas o exemplo mais completo desse processo.

Em sociedades capitalistas o setor empresarial sempre acessa recursos estatais, sem que isso seja um problema, parecendo ser apenas uma lógica quase natural

Ou seja, novas dinâmicas políticas geram outras condições a partir das quais os debates e decisões são tomadas. Com isso, não estamos querendo afirmar que o problema das organizações e dos movimentos sociais no acesso aos recursos públicos estejam superados. Os termos da discussão é que são outros, na verdade até inversos aos termos anteriores. Durante a década de 1980 e meados da década de 1990, havia um questionamento da legitimidade com relação a esse acesso. Hoje, essa legitimidade não só é assegurada, como a luta é para que ela se efetive em políticas claras e democráticas. De um dilema nos discursos e ações das ONGs, o acesso aos recursos públicos se transforma em um direito.

É importante considerar ainda os efeitos que as estratégias de algumas agências de cooperação e solidariedade internacional, a partir do fim da década de 1990, tiveram nas dinâmicas políticas das ONGs brasileiras, com ênfase nos debates sobre sustentabilidade. Nesse ponto, não nos referimos apenas à sua dimensão financeira, mas sim à conjunção de elementos dinâmicos, processuais e históricos, relacionados ao fortalecimento da identidade de uma organização, capazes de assegurar tanto a existência física sem precarização nas relações profissionais internas como a visibilidade política das organizações no médio prazo.³

Assim, se a partir do fim da década de 1990, um conjunto expressivo de agências de cooperação e solidariedade passa a focalizar suas parcerias – e conseqüentemente, seus recursos financeiros – para o combate à pobreza e diminuindo a ênfase nas desigualdades, os primeiros impactos são sentidos no plano das ações que passam a ser apoiadas, bem como na não-instituição de novas parcerias com ONGs brasileiras. Há também por parte das agências uma política para ampliar suas cooperações com os países da África e da Ásia, além do Leste Europeu.

A partir de meados da década de 2000, as estratégias da cooperação e solidariedade internacional levam a uma mudança mais profunda na sua relação com as organizações brasileiras, uma vez que algumas agências decidem não mais atuar no Brasil. Um dos elementos dessa decisão se radica nas políticas interna e externa brasileiras, tanto no seu plano discursivo como concreto. Isso não ocorreu porque os resultados das políticas implementadas no Brasil durante os dois governos Lula tenham sido suficientes para transformar as desigualdades existentes no país, mas sim porque, desde o fim da década de 1990, as agências de cooperação têm enfatizado a redução

3 Para uma análise mais completa da sustentabilidade das associadas à Abong, ver: GOUVEIA, Taciana; DANILIAUSKAS, Marcelo. *Abong: panorama das associadas*. São Paulo: Abong, 2010.

da pobreza. Os programas sociais brasileiros, ainda que não promovam nenhuma mudança estrutural, respondem em alguma medida a essa perspectiva. Além disso, no plano discursivo, há a criação da imagem do Brasil como país emergente, ainda que tal emergência seja no contexto do modelo capitalista moderno, ou seja, na subida dos degraus da lógica do desenvolvimento visto como sinônimo de crescimento econômico.

Contudo, as mudanças nos focos da cooperação e solidariedade internacional devem ser compreendidas a partir das mudanças políticas nos países do norte, pois os recursos dessas agências de cooperação do norte se originam tanto dos fundos públicos de seus países como das doações da sociedade civil. Ora, se as condições políticas de alguns dos países que constituíram um modo de fazer cooperação (marcado por forte sentido de construção de sociedades igualitárias, democráticas e justas) se modificam em direções mais conservadoras, evidentemente as relações entre as agências e o governo e sociedade civil de seus países também serão alteradas.

As mudanças nos focos da cooperação e solidariedade internacional devem ser compreendidas a partir das mudanças políticas nos países do norte

As modificações ocorridas nessas sociedades têm várias dimensões, mas destacamos o quanto a focalização em países da África, Ásia e Leste Europeu deriva daquilo que Zizek⁴ denomina de “vizinhos tóxicos”, ou seja, a criação e a consolidação da União Europeia definem não só dinâmicas econômicas, como fundamentalmente criam as condições políticas e ideológicas de permissão para quem pode ou não ser europeu. Portanto, para além de um interesse

4 ZIZEK, Slavoj. *First as tragedy, then as farce*. London: Verso, 2009.

humanitário ou filantrópico da sociedade civil e dos governos da União Europeia, o racismo e a xenofobia que estão na base de tais posicionamentos não podem ser desconsiderados. Assim, o campo político que historicamente foi representando pelas agências de cooperação também enfraquece.

Por fim, é importante perceber que a diminuição dos recursos aportados pelas agências de cooperação para organizações da sociedade civil brasileira ocorre no mesmo movimento em que crescem os editais de projetos vindos diretamente dos países europeus. Desse modo, a política de cooperação internacional para as organizações de defesa de direitos no Brasil não pode ser compreendida apenas do ponto de vista de uma retirada, mas possivelmente de uma mudança no modelo, que, por sua vez, implica uma relação mais direta das organizações brasileiras com as políticas externas dos países do norte e com as agências do sistema das Nações Unidas. Essas são questões cruciais para se pensar politicamente a sustentabilidade das associadas à Abong.

Como é possível constatar, as transformações na dinâmica das relações de parceria político-financeira ocorreram em um tempo muito curto, ainda que resultantes de processos sociopolíticos muito complexos. A expansão das relações com empresas, institutos e fundações também ocorreu nesse período. Contudo, os debates sobre esses processos estão nos seus momentos iniciais e se dão de modo muito restritos, marcados por uma lógica binária de sim ou não, sem que se tenha conseguido avançar na instauração de uma análise política que dê conta dos nexos causais do contexto em que vivemos.

Há um modo de agir das organizações de defesa de direitos com relação ao acesso aos recursos privados nacionais muito semelhante àquele que marcou os debates do fim dos anos 1980 e começo dos anos 1990 com relação ao acesso aos fundos públicos nacionais. Essa é uma

decorrência lógica dos processos de políticos, visto que manter relações como uma certa instituição é legitimá-la e ser por ela legitimado.

Os debates, dilemas e contradições sobre o acesso aos recursos privados nacionais estão radicados, nesse universo político, nas concepções anticapitalistas que constituíram o nosso lugar histórico. Contudo, desde o fim dos anos 1980, com a queda do muro de Berlim, as alternativas ao sistema capitalista não se unificam mais em um grande e único projeto político, ao mesmo tempo em que as estruturas e dinâmicas de dominação se apropriam de um conjunto significativo de valores e princípios que, depois de retirados seus componentes mais radicais, são devolvidos domesticados à sociedade. Como afirma Zizek,⁵ o capitalismo tem sido transformado em um projeto igualitário a partir da usurpação dos *slogans* e proposições políticas que eram identificadas com a esquerda. É o que ele denomina de “novo espírito do capitalismo triunfante que recuperou a retórica igualitária e anti-hierárquica de 1968, apresentando-se como uma bem-sucedida revolta libertária contra as organizações sociais opressivas tanto do capitalismo corporativo como do chamado socialismo real existente”.⁶

Os debates, dilemas e contradições sobre o acesso aos recursos privados nacionais estão radicados nas concepções anticapitalistas que constituíram nosso lugar histórico

Essa é uma construção ideológica que se pretende acima de tudo “não ideológica” e que pode nos possibilitar uma chave de leitura importante para entender as mudanças operadas nas empresas, por meio da chamada responsabilidade social ou do investimento social

5 Id., *ibidem*.

6 Id., *ibidem*. (Tradução livre)

privado. Não parece possível manter a mesma lógica de análise sobre as empresas brasileiras e seus institutos e fundações como se lidássemos apenas com a dimensão produtiva e de geração de mais-valia e que, portanto, suas motivações para “investir” no social sejam de ordem apenas da diminuição de custos por meio de isenção de impostos. Ainda que tal elemento seja importante, não é suficiente para explicar o conjunto desses processos, já que as empresas brasileiras tanto conservam seu arcaísmo como assimilam e realizam o novo espírito do capitalismo.⁷

Esta pesquisa se insere no contexto dessas novas questões. É um estudo pequeno e exploratório, que busca iniciar processos político-analíticos mais amplos, ampliando os termos do debate e buscando aumentar a compreensão sobre a complexidade dessa relação, o que amplia as percepções apriorísticas em torno da relação entre ONGs e empresas.

Assim, optamos por investigar a realidade de tais relações e conhecer de perto a complexidade desse universo a partir das experiências de quem já os percorreu. Para tanto, ouvimos o que as associadas tinham a dizer sobre êxitos, dificuldades e desafios e possibilidades nessa relação, resguardando seus princípios e missões institucionais.

Por fim, fazemos duas observações políticas. Primeiro, visto que o tema da pesquisa é cercado de alguma polêmica, ainda mais em tempos de crise, a parceria com a Oxfam GB poderia ser equivocadamente interpretada como mais uma imposição das agências de cooperação na vida de suas contrapartes. Essa é, por vezes, uma fala recorrente no nosso universo quando queremos evitar lidar com temas um tanto quanto polêmicos. Com isso, não estamos querendo dizer que não haja nunca tal imposição, desde que por ela entendamos um diálogo entre sujeitos capazes de lidar com suas posições semelhantes, mas também divergentes. No caso da presente pesquisa, o processo não

7 Para aprofundar tais questões, ler os anexos desta publicação.

ocorreu dessa forma, pois propusemos a parceria e o apoio. Ao aceitá-los, acreditamos que a Oxfam GB tomou uma posição de compartilhar conosco a ideia de que tal debate é importante para a existência das associadas à Abong. É, enfim, uma posição política.

Da mesma forma, a decisão da Abong de realizar esta pesquisa foi política. Mas não no sentido de sim ou não, de endosso ou recusa. A nossa posição política foi buscar romper exatamente com a lógica binária que tem marcado esse debate, estabelecendo outro campo político discursivo no qual a complexidade, os vários matizes, as diversas questões, tensões, contradições presentes possam emergir, possibilitando pensamentos e ações coletivas que fortaleçam nossos projetos políticos.

Agradecemos as 25 associadas que cederam seu tempo para as entrevistas e compartilhar suas experiências e reflexões. Essa também é uma decisão política.

Como fizemos

A pesquisa teve um caráter exploratório, pois, desde o início, estávamos cientes do pouco conhecimento existente sobre tais processos e relações. Assim, optamos por explorar, perguntar e buscar entender as dinâmicas dessa experiência.

Desse modo, trabalhamos com uma metodologia qualitativa – o que traz dificuldades grandes de análise e apresentação de resultados –, por meio da qual buscamos identificar as similitudes e diferenças das associadas na relação com os fundos privados nacionais a partir de algumas questões norteadoras. Não trabalhamos com a análise de discurso, pois esse método não serviria a um estudo exploratório. Além disso, a relação entre o sujeito desta pesquisa e o seu objeto tem uma especificidade política na qual não caberia uma análise de discurso, visto que seria uma espécie de autoanálise, pois somos uma associação pesquisando a si mesma.

A amostra foi construída a partir do banco de dados da pesquisa Perfil das Associadas Abong, referente ao ano de 2004, período em que 71 associadas acessavam recursos oriundos de empresas,

institutos e fundações. Nesta pesquisa trabalhamos com 19 dessas organizações, o que corresponde a 26,7% do total das que informaram acesso.

É importante fazer um esclarecimento metodológico-conceitual. Nesta pesquisa, fizemos um recorte dentro da categoria “empresas, institutos e fundações” (esta categoria se refere às pesquisas associadas Abong), o que restringiu a amostra àquelas organizações que acessaram apenas os fundos privados nacionais, excluindo, portanto, empresas e fundações estatais. Desse modo, o objeto desta pesquisa são as experiências com recursos oriundos das empresas, institutos e fundações privadas nacionais.

Tal opção metodológica trouxe dificuldades de comparabilidade de dados quantitativos em dois pontos cruciais: o acesso e o volume de recursos na composição orçamentária. Isso se dá em função do fato de que, ao não distinguir as empresas e fundações estatais daquelas que são privadas, os dados sistematizados do universo das associadas à Abong não possibilitam indicações precisas em termos da dinâmica das relações com as instituições privadas, ainda mais quando sabemos que o acesso a empresas e fundações estatais tem crescido nos últimos anos.

Há também outra dimensão que transcende a questão metodológica, radicando-se nas articulações entre definições conceituais e dinâmicas políticas. Durante as entrevistas, constatou-se empiricamente uma dificuldade de definir o que são empresas, em especial empresas privadas. Não havia uma questão específica que abordava esse tema, mas, quando perguntadas sobre as empresas, institutos ou fundações privadas com quem as associadas mantinham relações, muitas das pessoas entrevistadas faziam referência às empresas estatais (em alguns casos, foi até um tema de reflexão durante a entrevista).

Longe de ser uma questão de desconhecimento ou confusão por parte das pessoas entrevistadas, é a revelação de uma política central,

relacionada à localização das empresas estatais na relação com as organizações de defesa de direitos. Na raiz dessa (in)definição, podemos inferir que está a dificuldade de estabelecer o que é o elemento definidor – e, em certa medida, facilitador – da relação com as empresas: é o fato de gerar lucro e, portanto, ter alguma dimensão de exploração nas relações de trabalho? É a origem dos recursos? A existência ou não do controle público tanto sobre as políticas dessas instituições como sobre seus recursos?

A melhor definição do que estamos chamando de “empresas” é uma questão política de grande importância para as futuras pesquisas sobre a sustentabilidade das organizações associadas à Abong, inclusive nos seus aspectos metodológicos.

A definição do que estamos chamando de “empresas” é uma questão política de grande importância para futuras pesquisas sobre sustentabilidade das associadas à Abong

A representatividade regional na amostra foi definida como critério importante. Para isso, distribuíram-se as 71 associadas segundo essa variável e definiu-se o número de organizações que deveriam ser selecionadas em cada regional. Assim, foram realizadas 19 entrevistas com um número diverso de associadas em cada regional: Amazônia (1), Nordeste I (3), Nordeste II (2), Nordeste III (1), Centro-Oeste (1); Sudeste (4), São Paulo (6) e Sul (1).¹

1 O desenho inicial da pesquisa continha 25 organizações, das quais 20 que acessam ou já haviam acessado recursos privados e cinco que compunham um grupo controle, composto por organizações que nunca haviam acessado esse tipo de recurso. A função do grupo de controle era testar uma hipótese sobre a existência de relações não monetárias com empresas privadas, ou seja, relações de caráter pontual e que envolvem permutas, doações de serviços e/ou produtos por parte de empresas, em geral pequenas e do entorno físico ou de relações próximas com as organizações. Contudo, por problemas na condução das entrevistas, todas as do grupo de controle tiveram de ser descartadas quando da análise dos resultados. Além disso, durante a realização das demais entrevistas houve necessidade de realocar algumas organizações, bem como desconsiderar uma das organizações das 20 por não se enquadrar nos critérios previstos (nunca tinha acessado recursos de fundos privados nacionais).

Com essa definição, foram escolhidas as organizações que participaram de fato da pesquisa. Para tanto, foi usado o conhecimento prévio das organizações associadas, considerando as seguintes características: porte (definido pelo volume total de recursos acessado pela organização no ano da pesquisa) e diversidade dos temas e públicos trabalhados pelas organizações, considerando a especial importância política de alguns deles para a pesquisa. Por conta desse cuidado, na amostra final há representação de ONGs que trabalham especificamente com diferentes questões: relações de gênero e discriminação sexual; discriminação racial; trabalhadores(as) rurais e sindicatos rurais; meio ambiente; e crianças e adolescentes.

Por meio de roteiros elaborados para cada grupo, a pesquisadora realizou entrevistas semiestruturadas, que foram gravadas na íntegra e, depois, transcritas. As entrevistas ocorreram nas sedes das próprias organizações associadas, em suas cidades. Foi solicitado ainda às organizações associadas que participaram da pesquisa que respondessem ao questionário quantitativo. Isso poderia ser feito juntamente com a pesquisadora ou enviado posteriormente.

O que encontramos

Não é possível compreender o acesso a fundos privados nacionais sem uma articulação muito precisa com as dinâmicas da cooperação internacional e do Estado brasileiro. Contudo, tal articulação não pode ser pensada como uma causalidade direta do tipo que usualmente se tem construído, a saber, o acesso a fundos privados nacionais aumenta na proporção que diminuem os recursos oriundos da cooperação e do Estado, em um modelo de substituição de uma fonte por outra, ainda que outros dados apresentados posteriormente apontem para uma tendência de crescimento no acesso a essa modalidade de recursos.

A pesquisa permite constatar que a estrutura e a dinâmica de todos os fundos que sustentam uma dada organização têm pontos de interseção e interdependência muito fortes. Isso não significa que os recursos se fundem e confundem na execução de uma mesma atividade, mas sim que constroem uma lógica interna – e externa – que os faz ser eficientes, para usar uma expressão tão cara nesses debates, apenas na existência dessa lógica.

No caso das organizações entrevistadas – e acreditamos que tais observações são pertinentes para o conjunto das associadas da Abong que acessam fundos privados nacionais –, o processo

tem algumas especificidades que tornam ainda mais complexas (e quase que impossíveis) as concepções que tomam os recursos privados nacionais como o horizonte único para a sustentabilidade das ONGs brasileiras.

A primeira especificidade é o fato de que, sendo os recursos oriundos de fontes privadas nacionais ainda muito restritos no conjunto do orçamento institucional, não podemos dizer sequer que há relações de complementaridade entre os vários fundos. É relevante lembrar que o Perfil de 2004 apontou que a proporção do financiamento de empresas, fundações e institutos empresariais no total do orçamento das associadas da Abong era da ordem de 3,75%.

Aliado a isso está o fato de que a grande maioria das experiências existentes com fundos privados não tem um caráter daquilo que comumente chamamos de “projeto institucional”. A respeito disso, cabe uma distinção importante. Em um sentido mais estrito, o que se denomina projeto – ou de modo mais preciso, financiamento institucional – são as modalidades de parceria com um dado sujeito que aporta um montante de recursos para as diversas ações de uma organização, sem especificar qual atividade a ser apoiada, guardados os devidos pactos entre as partes sobre os percentuais dos recursos a serem aplicados em cada tipo de gasto. Essa é uma modalidade de financiamento que tem um sentido político muito forte, já que o parceiro – e, no caso brasileiro, esse parceiro tem sido historicamente as agências de solidariedade e cooperação internacional – estabelece uma relação com o conjunto de uma dada organização, seu compromisso é com o projeto institucional como um todo, e não com ações específicas nele contidas. Essa é uma modalidade de financiamento que dá à organização que recebe os recursos uma flexibilidade muito maior e, ao mesmo tempo, maior estabilidade. Ainda que tenha sido uma prática, ou melhor, uma escolha política importante na história da cooperação internacional no Brasil,

essa modalidade de financiamento não foi experimentada por todo o conjunto associativo da Abong e, ainda que permaneça em alguns casos, é cada vez mais rara.

Por outro lado, há modalidades de financiamento que, mesmo sendo feitas a partir de projetos específicos, possibilitam o uso dos recursos para os chamados gastos institucionais, que são aquelas despesas relativas à estrutura, manutenção, comunicação e gastos administrativos.

No caso de grande parte das experiências das organizações com os fundos privados nacionais, nenhuma delas relata ter utilizado a forma anteriormente definida como “financiamento institucional”. Ao contrário, há inúmeras restrições, e mesmo insuficiências, na possibilidade de uso dos recursos para os denominados gastos institucionais. Ora, não há como realizar atividades sem custos institucionais. Assim, se não são cobertos pelos fundos privados, eles o são pela cooperação internacional.

Desse modo, menos que complementaridade, encontramos situações de dependência do resultado das ações financiadas com fundos privados nacionais das outras modalidades de financiamento. Se fôssemos pensar num cenário extremo, com a saída conjunta e em curto prazo de toda a cooperação internacional do Brasil, e permanecendo os entraves e as dificuldades no acesso aos recursos públicos, haveria altíssima probabilidade de que grande parte das atividades financiadas com recursos privados não tivesse condição alguma de se realizar.

Não há como realizar atividades sem custos institucionais. Assim, se não são cobertos pelos fundos privados, eles o são pela cooperação internacional

Por outro lado, a possibilidade de diversificar as fontes de financiamento e de ter determinadas ações financiadas por fundos privados também potencializa as demais ações da organização e, portanto, permite-lhe mais condições de ampliar e/ou qualificar sua intervenção. Isso, por sua vez, aumenta sua visibilidade, reconhecimento e legitimidade, tornando a organização mais apta para acessar novas fontes.

Se a diversificação de fontes de financiamento e parceria em ações e projetos parece ser um elemento fundamental para as experiências de acesso a fundos privados nacionais, temos de reconhecer que tal possibilidade é limitada, muitas vezes, pela própria estrutura organizacional, além, evidentemente, das lógicas que constituíram, e ainda constituem, as chamadas estratégias de captação de recursos ou, de modo mais abrangente – e talvez mais preciso no caso das ONGs associadas à Abong –, de estratégias de sustentabilidade.

Um primeiro elemento que deve ser salientado é que a maioria das ONGs brasileiras moldou seu modelo de sustentabilidade (ainda que essa nomeação seja relativamente recente entre nós) a partir de suas relações com a cooperação internacional. Em virtude de tais relações se manterem como as mais importantes para as associadas, não por decisões de ordem administrativa ou financeira, mas fundamentalmente por escolha política, há uma influência muito forte no modo como se constroem as estratégias de sustentabilidade. A influência é tão forte que, em resposta a uma pergunta sobre a reação de parceiros diversos (agências, outras ONGs, pessoas com que os trabalhos são desenvolvidos etc.) à utilização de recursos de fundos privados nacionais, três das organizações entrevistadas mencionaram que as agências estimulam muito esse tipo de captação.

Contudo, talvez não seja essa a questão central para analisar as políticas de sustentabilidade. O que merece destaque é observar como as relações com a cooperação criaram uma dinâmica de captação de

recursos que parece não ser tão simples de se transformar, não por resistências ou acomodação, mas por conter certa racionalidade bastante justificável.

Outra observação importante é que a grande maioria das formas de relação com os fundos privados nacionais se estabelece não a partir de uma busca ativa, mas sim a partir da ação dos próprios fundos ou de conhecimentos pessoais prévios, muitas vezes com a mediação de terceiros. Esta última é uma recorrência bastante significativa, principalmente naquelas organizações em que a relação com os fundos privados nacionais é mais esporádica ou pontual, ainda que seja também a origem de muitas das relações mais duradouras. Além disso, grande maioria das associadas entrevistadas não tem relação direta com as empresas, mas sim com os institutos e fundações.

As organizações de menor porte apontam recorrentemente a dificuldade em participar de seleção, via editais, dos fundos privados nacionais

As entrevistas também demonstram que o porte da organização funciona como uma espécie de divisor de águas em relação às estratégias de captação de recursos. Ainda que isso não seja uma novidade, talvez seja necessário compreender os vários matizes da questão para não incorrer no equívoco de imaginar uma forma única de estratégias de sustentabilidade institucional.

As organizações de menor porte apontam recorrentemente a dificuldade em participar de seleção, via editais, dos fundos privados nacionais. Várias entrevistadas afirmam que a concorrência é grande, o processo de apresentação é complexo e demorado, e algumas organizações, como tinham experiências anteriores malsucedidas,

preferem não gastar o tempo e a energia da equipe, geralmente pequena, em algo que tem alta probabilidade de não se efetivar. Esse é, inclusive, o argumento que mais aparece nas organizações que já acessaram recursos de fundos privados nacionais e não mais o fazem.

Assim, antes de qualquer resistência que possa ser tributada a dimensões políticas e ideológicas, existe a opção de não se arriscar em situações incertas. Pode-se objetar que essa atitude não permite à organização sair das suas próprias dificuldades de sustentabilidade, mantendo-se num ciclo vicioso. Contudo, dado o tipo de ação que essas organizações desenvolvem, suas responsabilidades com as pessoas com e para as quais trabalha, é bastante compreensível, e lógico, que elas escolham permanecer nas estratégias que até o momento têm garantido a existência da organização e a qualidade do seu trabalho.

Por outro lado, a diversificação de fontes de recursos e, portanto, o acesso aos fundos privados nacionais requerem da organização uma estrutura administrativa relativamente complexa para os formatos institucionais das ONGs associadas à Abong. Um dos entrevistados de uma organização de maior porte e que tem boas experiências na relação com os fundos privados, e a mais significativa diversificação de fontes entre as organizações pesquisadas, aponta para o alto custo operacional que está contido nesse processo, tanto do ponto de vista dos gastos monetários, pois há necessidade de uma equipe administrativa maior, como das lógicas de monitoramento e manejo dos recursos.

Dessa forma, é possível inferir que a estrutura das organizações propriamente dita traz limites ou possibilidades de experiências bem-sucedidas no acesso a fundos privados nacionais. Uma investigação mais acurada talvez possa indicar a insuficiência de muitas das estratégias de capacitação gerencial e de captação de recursos realizadas nos últimos anos, pois muitas das dificuldades de sustentabilidade das organizações provavelmente não estão ancoradas nos modelos de gestão ou na forma “tradicional” como as organizações captam seus recursos, mas sim nos

limites, crescentes para algumas, de suas estruturas e muito especialmente no que se refere à quantidade de pessoas nas suas equipes.

Parece importante lembrar que, durante muito tempo, a tendência das ONGs associadas à Abong foi aumentar o seu denominado “quadro técnico”, mantendo as chamadas equipes administrativas com menos pessoal. Isso não foi uma escolha, mas o resultado das dinâmicas vividas, algo bastante compatível com o tipo de relação de financiamento das ações realizadas. Ao ter de diversificar as fontes e, conseqüentemente, os modos de operar com os vários financiamentos, toda essa dinâmica precisou sofrer alterações mais ou menos significativas, dependendo do porte e do tipo de ação de cada organização, ao mesmo tempo em que o quadro de pessoal das organizações precisou ficar mais enxuto. Essas não são equações de simples resolução, visto que elas incidem em vários aspectos da cultura institucional de cada ONG, inclusive nas modalidades de relações pessoais internas, campo de delicadezas várias que não podem ser modificadas por um simples ato de vontade.

No entanto, há um elemento que unifica as organizações de maior e menor porte: a inexistência, na grande maioria dos casos, de uma nova política institucional para a sustentabilidade.

Isso não quer dizer que as organizações não tenham estratégias ou ações relacionadas à sustentabilidade institucional. Todas as ONGs entrevistadas mencionam tal processo e dizem que não é somente busca de novos financiamentos, mas também corresponde a ações de cunho mais administrativo e gerencial, destacando-se ações relacionadas à diminuição de gastos, inclusive cortes de pessoal e/ou

Há um elemento que unifica as organizações de maior e menor porte: a inexistência de uma nova política institucional para a sustentabilidade

manutenção da equipe no limite mínimo para o funcionamento da organização. Há relatos de situações realmente graves. Uma ONG do Nordeste relata que, apesar de ter várias salas para o trabalho, a equipe, já muito reduzida, utiliza apenas uma para reduzir os gastos com energia elétrica.

Não há, na grande maioria das organizações entrevistadas, uma equipe que se responsabilize exclusivamente por elaborar e implementar estratégias de captação de recursos. Em uma dessas organizações, foi feita a experiência de contratação de uma pessoa para esse trabalho, contudo, a iniciativa não foi satisfatória e a organização desenhou outra estratégia, implementada em 2009, na qual as coordenações dos programas são responsáveis por esse processo.

Esse é um modelo – com pequenas variações – mais frequente. No entanto, o foco é buscar editais e informações por meio dos métodos já conhecidos do que propriamente uma estratégia de longo prazo que envolva uma análise de tendências futuras ou mesmo um processo de repensar o conjunto da organização.

Pode-se inferir que há uma espécie de alargamento nos campos em que os recursos podem ser acessados, e no Brasil os fundos privados nacionais tornam-se uma alternativa mais concreta. Mas essa ampliação se dá em função da sustentabilidade da organização tal qual ela foi construída, ou seja, as organizações, quando buscam novas fontes de recursos, o fazem para continuar sendo o que são. Isso demonstra consistência e coerência do projeto institucional. No entanto, é preciso indagar se é possível continuar sendo aquilo que se projetou quando as condições e contextos da cooperação internacional de modificam no Brasil.

Pode-se aventar também a possibilidade de que novamente nesse ponto se coloca a questão dos limites da estrutura organizacional que, na maioria dos casos, não apresenta condições para deslocar

pessoas e/ou tempo de trabalho para dedicação exclusiva à captação de recursos. Por outro lado, no caso das organizações que não atravessam dificuldades de financiamento no momento, ainda que haja a recorrente preocupação com a sustentabilidade institucional em médio prazo, pode-se considerar que, se os modos como tais organizações vêm se mantendo ao longo dos anos têm funcionado, não há por que fazer modificações nas formas de conceber e operar a sustentabilidade institucional. Uma das pessoas entrevistadas expressa claramente essa situação ao afirmar que sua organização tem uma política de sustentabilidade há bastante tempo, ressaltando que, se ela se sustenta há mais de dez anos, é porque existe uma estratégia estrutural.

Como afirmamos anteriormente, as entrevistas parecem indicar uma preocupação forte das ONGs em não se afastar de suas missões, ainda que destaquem, como o fez uma das organizações entrevistadas, a importância da reflexão sobre os contextos e conjunturas de modo a identificar os processos políticos e sociais que necessitam da nossa incidência e que, geralmente, requerem inovações nos modos da nossa atuação.

Chama-nos a atenção, contudo, a forte recorrência presente no conjunto das entrevistas aos fundos públicos nacionais, tanto no sentido da crítica às modalidades pelas quais os acessamos – suas restrições, burocracias – como da importância de que o acesso mais republicano e democrático aos fundos tem para a ação e existência das ONGs brasileiras.

Em que pese o fato de que no roteiro da entrevista não há sequer uma questão sobre fundos públicos, a grande maioria os citou frequentemente, o que leva a uma reflexão sobre o significado dos fundos para as organizações.

Uma das pessoas entrevistadas expressa que sua organização tem uma política de sustentabilidade há bastante tempo, que existe uma estratégia estrutural

Não parecem desprezíveis os possíveis significados que tal fato possa ter nas dinâmicas e estratégias de sustentabilidade das organizações, pois, se em uma pesquisa que focaliza apenas os fundos privados nacionais, as organizações entrevistadas demonstram interesse e preocupação com os fundos públicos, é evidente que eles ocupam um lugar central nessas estratégias. É interessante observar que mesmo a única ONG da amostra que nunca buscou financiamentos públicos e que desde a sua fundação acessa fundos privados nacionais e internacionais afirma que, no momento, está começando a dialogar com as instâncias estatais.

Desse modo, os fundos públicos nacionais ocupam um lugar mais central – ainda que não tão efetivo como se necessita – nas estratégias de captação das associadas à Abong do que os fundos privados nacionais.

Pode-se objetar que tal localização mais periférica é derivada da ainda incipiente experiência das organizações brasileiras com os fundos privados nacionais, o que é uma explicação plausível. Outra linha de análise pode residir em dificuldades que o acesso e o manejo desses fundos possam ter. Há ainda as questões relacionadas a concepções políticas sobre as empresas brasileiras e possíveis contradições com o trabalho social e político das organizações associadas. Contudo, ainda que todas essas hipóteses sejam válidas, a pesquisa mostrou que o melhor caminho para compreender e, portanto, construir processos coletivos de reflexão e ação sobre o acesso aos fundos privados nacionais é trabalhar com as conexões entre essas três possibilidades, desmistificando algumas visões que têm imperado nas análises desse campo.

No primeiro perfil das associadas à Abong, publicado em 1996, mas cuja base de dados tem informações relativas ao ano de 1993, vê-se que, nesse ano, 3% das associadas já acessavam recursos oriundos de empresas, institutos e fundações. Esse número cresce para 22,22% em 1997 (em quatro anos um crescimento de 19,2 pontos percentuais), passando, em

2000, para 32,65% (um crescimento de 10,4 pontos percentuais) e, em 2003, atinge 35,15% (aumentando 2,5 pontos percentuais). Em 2007, esse percentual sobe para 41,5%. Entretanto, de acordo com as análises feitas em publicação recente,² em que pese o aumento da participação de empresas, institutos e fundações empresariais na sustentabilidade das organizações de defesa de direitos, ela é direcionada a determinados tipos de ação e de sujeitos. Em relação a estes últimos, só encontramos correlações entre o acesso a esse tipo de financiamento nas organizações que dirigem suas ações para crianças, adolescentes e jovens e para professores(as). E, consequentemente, as correlações com temas se fazem na educação, arte e cultura, comunicação e trabalho e renda.

É comum se aventar a hipótese de que as relações das ONGs com os fundos privados nacionais são complexas, difíceis e, por vezes, resultam em experiências nem tão bem-sucedidas. Há suposições de forte ingerência, condicionalidades excessivas, tentativas de controle dos conteúdos trabalhados, entre outras.

As entrevistas realizadas não confirmam nenhuma dessas suposições, pois, mesmo entre aquelas que não mais acessam fundos privados nacionais, não há análises de que a experiência tenha sido ruim, desgastante ou malsucedida. Nesses casos, elas não continuaram apenas porque o projeto foi finalizado. Há também o fator, como apontado anteriormente, de que, na maioria das vezes, as organizações foram procuradas pelas fundações ou empresas, e não ao contrário.

Em que pese o aumento da participação na sustentabilidade das organizações de defesa de direitos, ela é direcionada a determinados tipos de ação e de sujeitos

2 GOUVEIA, Taciana; DANILIAUSKAS, Marcelo. *Abong: panorama das associadas*. São Paulo: Abong, 2010.

Nenhuma das organizações que não mais acessam fundos privados pensa em não o fazer novamente, ainda que apenas uma delas apresente perspectivas mais definidas. Se for introduzida a variável porte, poderemos encontrar algum indicativo que possa explicar essa situação, pois, com exceção da associada acima citada, as demais têm orçamentos anuais de até R\$ 2 milhões e equipes mais reduzidas, retornando a possibilidade de que o limite da estrutura organizacional é um fator de influência mais forte do que qualquer outro.

Na maioria dos casos das relações com fundos privados nacionais, a relação se assemelha mais a uma prestação de serviços do que a uma parceria, guardadas as devidas diferenças com relação à extensão e amplitude que tais projetos têm quando comparadas às prestações de serviço mais pontuais. Isso pode ser inferido porque as ONGs parecem construir com muita precisão suas expectativas nesse tipo de relação, pois, ainda que a continuidade da ação interesse a ambas as partes, ela só é pensada em termos de futuro quando a relação que se desenvolve no momento estiver concluída. Pelas entrevistas, verifica-se que cada negociação é pensada e estabelecida em si mesma. Evidentemente, esse elemento é mais presente nas relações que se estabelecem a partir de contatos diretos do que naquelas que se dão a partir de editais.

Outro elemento interessante, e oposto às concepções correntes sobre a relação com os fundos privados nacionais, é a ausente referência a qualquer tipo de ingerência na ação desenvolvida. As condicionalidades apresentadas por tais instituições não diferem em quase nada das exigidas por outros tipos de financiamento (sendo, para algumas organizações entrevistadas, mais simples do que aquelas feitas pelos fundos públicos). Todas as entrevistas afirmam, inclusive, também no sentido oposto, a ideia que comumente se tem de que a visibilidade da “marca” ou nome da empresa ou fundação em materiais ou produtos diversos não é a maior preocupação dos institutos, fundações ou empresas. Novamente não se registra nenhuma diferença nas regras de visibilidade

dos fundos privados nacionais e de outras instituições que aportam recursos para as ações das ONGs associadas à Abong.

Outro aspecto bastante interessante é a referência feita por algumas associadas de que as fundações ou as empresas não acompanham com frequência o trabalho no local, e que as organizações associadas gostariam de que essa presença fosse mais frequente para conhecer melhor o trabalho por elas desenvolvido.

Muitas organizações também destacam o importante aprendizado organizacional referente aos modos de prestação de contas e realização de relatórios financeiros, em que pese o reconhecido aumento de trabalho administrativo, mas não necessariamente derivado das exigências de empresas, institutos e fundações.

Inquiridas sobre as ações da chamada responsabilidade social, a maioria das entrevistadas aponta para uma crítica bastante contundente a essa forma de ação

Entretanto, quando inquiridas sobre as ações da chamada responsabilidade social, a maioria das entrevistadas aponta para uma crítica bastante contundente a essa forma de ação, considerando-a ineficaz e superficial, ou seja, praticamente um jogo de cena. É interessante observar que críticas também são feitas aos incentivos fiscais para as empresas investirem seus lucros nas chamadas ações sociais, uma vez que os impostos são considerados recursos públicos, e não privados (*leia o artigo “Responsabilidade social empresarial ou investimento social privado?”*, incluído nesta publicação).

Quando perguntadas se havia critérios para acessar ou não recursos oriundos de empresas, institutos e fundações privadas nacionais, a maior recorrência de respostas encontra-se na tríade

cigarro, bebida e armas. Há referências aos impactos ambientais (e é interessante observar que, ainda que estivéssemos pesquisando apenas as empresas privadas, a Petrobras sempre surgia como exemplo não necessariamente de uma recusa, mas de contradição, agravada por ser uma empresa estatal) e violação dos direitos, em especial trabalhistas, como sendo impedidores do acesso ou, também, motivo para o rompimento de uma relação.

Foram relatados poucos casos ocorridos, mas em um deles parece ter havido uma separação entre a empresa, seus modos de contrato, e o instituto ou fundação a ela ligada. Essa separação, ainda que tênue, é significativa. A maioria das experiências não se dá numa relação direta com a empresa, mas sim com o instituto ou fundação, o que gera certa mediação, pois os institutos e fundações, principalmente os mais antigos, costumam ter uma autonomia relativa com relação às empresas que lhes deram origem.

Contudo, o argumento mais forte e presente é que o grande divisor, o definidor das escolhas políticas – e é recorrente a expressão de que isso se dá para além dos fundos privados, mas norteia o acesso a qualquer tipo de fonte – é a autonomia da organização. Autonomia no sentido de poder realizar e ser o que é. Não foi relatado nenhum caso em que a autonomia tenha sido comprometida nem “flexibilizada”, pois, como afirmamos anteriormente, as organizações, quando decidem estabelecer esse tipo de relação, parecem conhecer bem o parceiro. Ou seja, a relação só se dá a partir de um conhecimento prévio, de um acordo entre as partes, impedindo que mudanças bruscas aconteçam no caminho. Além disso, o fato de que a maioria dos projetos tem uma temporalidade curta, em torno de um ano, ainda que possa haver relações mais duradouras, funciona também como uma espécie de barreira contra essa situação de vulnerabilidade.

Algumas organizações relatam debates internos, resistências em determinadas situações, mas não foram apontados grandes conflitos ou

rupturas. Também não foram feitas menções a qualquer resistência ou questionamento por parte dos sujeitos com os quais essas organizações trabalham. Aparecem, com baixa frequência, relatos de “comentários” não muito explícitos ou diretos de outras organizações, sejam associadas à Abong ou próximas, no sentido de um “certo olhar torto” porque acessam recursos de determinada instituição privada.

Quanto a esse aspecto, foi interessante observar algumas ponderações no sentido de uma espécie de reconhecimento do motivo de tal olhar ou comentário. Tais ponderações não se referiam a uma espécie de *mea culpa*, mas sim a uma distinção entre os projetos e modos de ação das organizações associadas à Abong ou politicamente próximas. Para algumas pessoas entrevistadas, determinadas características – como trabalhar ou não direto na “ponta”, realizar esta ou aquela luta, fazer ações mais ou menos vinculadas a movimentos sociais – possibilitam ou limitam o acesso a esse tipo de recurso.

Longe de ser uma análise baseada em “puras e impuras”, melhores ou piores, a questão é o reconhecimento da diversidade das organizações de defesa de direitos

Assim, na base do argumento, encontramos também o mesmo princípio da coerência necessária com os sentidos do projeto político que serve para nortear a decisão de acessar recursos. Longe de ser uma análise baseada em “puras e impuras”, melhores ou piores, o que está no cerne da questão é o reconhecimento da diversidade das organizações de defesa de direitos, a não-homogeneidade que nos constitui. Isso, por sua vez, parece indicar que a não-homogeneidade não leva necessariamente a uma dispersão de projetos políticos e sociais, numa espécie de suposição de que há caminhos diversos para se chegar a um lugar comum. Essa lógica é, inclusive, utilizada em organizações com um leque maior de intervenções político-sociais para definir as ações passíveis de serem sustentadas por recursos privados nacionais ou não.

Novas questões

Levando-se em conta que esta pesquisa foi o início de um entendimento que requer novos olhares e outras questões, o principal elemento que ela nos trouxe foi a necessidade de criar outros marcos referenciais, tanto para a análise como para os debates e decisões das organizações sobre a natureza das suas relações com os fundos privados nacionais. Não nos parece possível manter o discurso de que são relações que dizem respeito apenas às organizações em si mesmas, nem dizer que há certa linha supostamente ideológica que define o “certo” e o “errado”.

Se as organizações associadas à Abong que mantêm ou mantiveram relações com os fundos privados nacionais consideram que foram boas as experiências, é fundamental que estas sejam aprofundadas e divulgadas. Ao mesmo tempo, dado o lugar que tais experiências ocupam nas dinâmicas das organizações, é importante que seus limites sejam também mais bem compreendidos para que o conjunto associativo da Abong possa se basear nessas experiências e compreendê-las não como sendo apenas uma relação restrita, quase que encapsulada, dentro de dinâmicas institucionais mais amplas.

Além disso, a revelação central que a presente pesquisa trouxe foi a articulação e, principalmente, a dependência que as ações desenvolvidas com os recursos dos fundos privados nacionais têm dos demais financiamentos e as implicações dessa articulação nas estruturas e dinâmicas das políticas institucionais. Isso indica que não é possível produzir análises e marcos de debate se as novas investigações não se realizarem com base na compreensão da totalidade dos modos de funcionamento das organizações, não apenas no presente, mas nas suas perspectivas e possibilidades futuras, visto que há tendências muito significativas de uma mudança no contexto político-financeiro em que as ONGs associadas à Abong vêm historicamente enraizando sua existência.

Em articulação com o ponto anterior, fica também a questão de até que ponto as ONGs associadas à Abong desejam ir em sua relação com as organizações que sustentam os fundos privados nacionais, ou seja, se pretendem seguir apenas no plano do financiamento ou se as dinâmicas políticas vão requerer ações que afetem também tais instituições em suas lógicas internas, além da possibilidade de instauração de mecanismos de controle social de tais processos.

Por fim, faz-se necessário pensar também o quanto o acesso aos recursos oriundos dos fundos privados nacionais afeta – e de que modo – o conjunto das lutas políticas desenvolvidas pelas organizações e movimentos de defesa de direitos, no que se refere ao lugar das empresas na sociedade contemporânea e às dinâmicas por elas produzidas.

Tal reflexão possibilitará também identificar não apenas se uma organização tem uma relação com determinada empresa que não fere seus princípios e valores, mas o quanto isso pode interferir e afetar as lutas políticas de outras em um sentido negativo. E essa é uma questão fundamental para o fortalecimento dos vários sujeitos coletivos que lutam por igualdade, justiça e democracia. Para tais questões, novas contradições e outras palavras.



SUSTENTABILIDADE DAS ONGS NO BRASIL

Perfil das Associadas à Abong

Perfil das Associadas à Abong¹

Este texto reproduz parte da publicação *Panorama das Associadas Abong*, escrito por Taciana Gouveia e Marcelo Daniliauskas

Fundada em 1991, a Abong reúne cerca de 300 entidades que lutam pelos direitos humanos, pela democracia e por um mundo mais solidário, justo e sustentável.² Muito mais do que “a fazer a sua parte”, essas associadas acreditam na força da sociedade civil para construir, coletivamente e democraticamente, outras possibilidades de vida, em que seja assegurado, principalmente, o direito à felicidade e à libertação de todas as formas de opressão. Independentemente da ação temática de cada uma – como a defesa de crianças e adolescentes ou o combate ao racismo –, a grande intercessão desse grupo é a luta contra a reprodução de todas as formas de injustiça e de discriminação. Veja a seguir informações mais precisas sobre esse universo.

Segundo dados apurados em 2009, em uma amostra de 189 associadas à Abong, a maioria foi fundada nas últimas três décadas, com pequeno destaque para o período que vai de 1981 a 1990, que representa 38,6% do grupo, ao passo que as fundadas entre 1991 e 2000 representam 36%. Pouco mais de 4% das associadas à Abong foram

1 Os dados colhidos nessa pesquisa representam uma amostra de 189 associadas (70% do universo associativo) que responderam durante o ano de 2009 a um questionário *online*, com perguntas que permitiam mais de uma opção como resposta.

2 No Brasil, existem mais de 338 mil entidades no campo das fundações e associações sem fins lucrativos no Brasil (FASFIL, IBGE/2005).

criadas depois de 2001. Isso pode indicar que, além da importância das organizações chamadas históricas, a Abong atrai também organizações fundadas mais recentemente e que, em geral, têm um perfil diverso das demais. No que diz respeito às principais lutas políticas³ (ver *Gráfico 1*), destacam-se a educação, presente em 48,9% das associadas; a organização popular/participação popular, presente em 33,8%; as relações de gênero/defesa dos direitos das mulheres, em 27,1%; e a justiça e promoção de direitos, em 23,3%.

GRÁFICO 1



Fonte: Panorama das Associadas Abong 2010.

(*) Permite múltiplas respostas.

3 Neste texto, usamos a expressão “lutas políticas” para nos referir às áreas temáticas.

A propósito da distribuição das associadas por região do país, cerca de 80% delas estão no Sudeste (40,2%) e Nordeste brasileiro (39,2%). Na região Sul, estão 9%; 6,9% na região Norte; e 4,2% na região Centro-Oeste. Quase metade das organizações possui sede própria (48,7%). Sobre o número de trabalhadores(as), 71,5% empregam até 20 pessoas, sendo que destas 38,5% empregam até cinco pessoas.

No que diz respeito às perspectivas dos trabalhos realizados (ver *Gráfico 2*), os dados apontam que 82,0% das associadas optam por “desenvolver a consciência crítica/cidadania”. Em seguida, estão “transformar ações em políticas públicas”, indicada por 57%; “fortalecer as entidades e coletivos organizados”, por 53,1%; e “solucionar problemas imediatos”, por 9,4%.

GRÁFICO 2

PRINCIPAL PERSPECTIVA DE TRABALHO*					
	20%	40%	60%	80%	100%
Desenvolver a consciência crítica/cidadania					82,0
Transformar essas ações em políticas públicas				57,0	
Fortalecer as entidades e coletivos organizados			53,1		
Solucionar problemas imediatos	9,4				

Fonte: Panorama das Associadas Abong 2010.

(*) Permite múltiplas respostas.

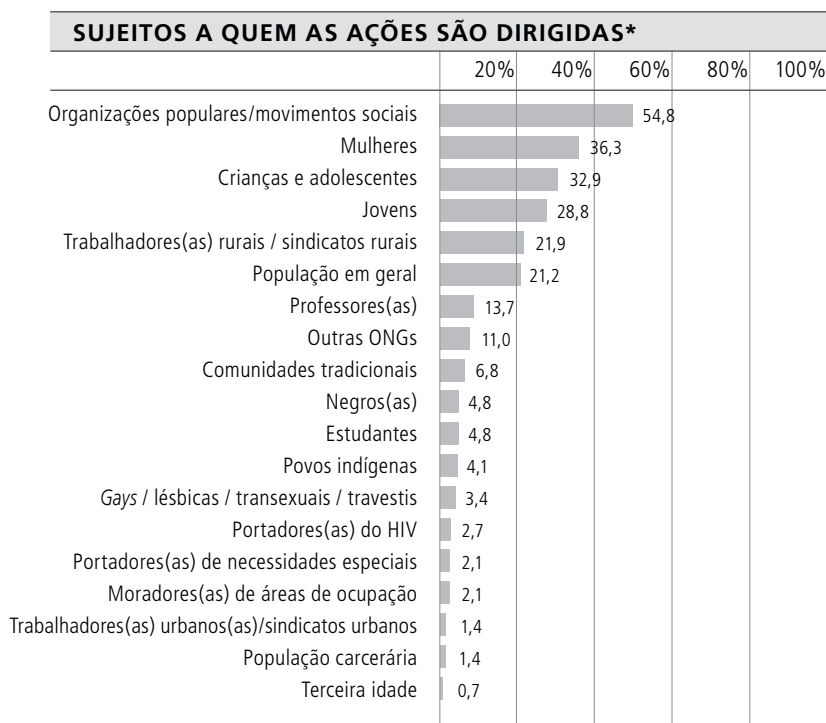
Em relação aos sujeitos a quem as lutas e ações das associadas à Abong se destinam⁴ (ver *Gráfico 3*), são esses os dados: organizações populares/movimentos sociais, 54,8%; mulheres, 36,3%; crianças e adolescentes, 32,9%; jovens, 28,8%; trabalhadores(as) rurais/sindicatos rurais, 21,9%; população em geral, 21,2%; professores(as), 13,7%; outras ONGs, 11%; comunidades tradicionais, 6,8%; estudantes,

4 Neste texto, usamos a expressão “sujeitos a quem essas lutas e ações se destinam” para nos referir aos beneficiários(as) das associadas.

4,8%; negras/os, 4,8%; povos indígenas, 4,1%; gays/lésbicas/transexuais/travestis, 3,4%; portadores(as) do HIV, 2,7%; moradores(as) de áreas de ocupação, 2,1%; portadores(as) de necessidades especiais, 2,1%; trabalhadores(as) urbanos(as)/sindicatos urbanos, 1,4%; população carcerária, 1,4%; e terceira idade, 0,7%.

Com relação ao tipo de intervenção, a forma como a ONG atua, a principal é a articulação política/*advocacy*, apontada por 71,1% das associadas Abong. Em seguida, a capacitação técnica-política, escolhida por 61,2%; assessoria, por 55,4%; pesquisa, por 24,8%; e prestação de serviços, por 23,1% (ver Gráfico 4).

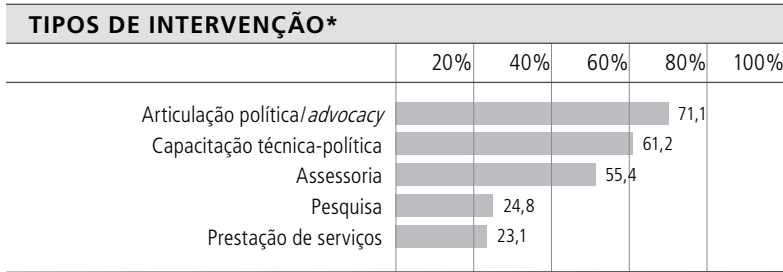
GRÁFICO 3



Fonte: Panorama das Associadas Abong 2010.

(*) Permite múltiplas respostas.

GRÁFICO 4



Fonte: Panorama das Associadas Abong 2010.

(*) Permite múltiplas respostas.

Sustentabilidade

Desde os anos de 1990, circula no discurso das ONGs e movimentos sociais o termo sustentabilidade. Este, apesar de ser derivado das discussões ambientais, assume aqui outra conotação: quais as condições/estruturas necessárias para que a luta por defesa de direitos consiga se perpetuar de forma sustentável em meio às mudanças nas conjunturas política, social e econômica? A questão central é: como se manter ao longo do tempo, garantindo a continuidade dessas lutas, que têm uma atuação por meio de ações imediatas, mas também coexistem com planos e projetos de longo prazo? Em alguns discursos, sustentabilidade refere-se quase que exclusivamente a questões materiais. No caso da Abong e suas associadas, sustentabilidade é também pensar em termos político-financeiros, o que significa refletir não só sobre o que se necessita, como qual o sentido da própria existência. Os dados a seguir ajudam a elaborar melhor esse desafio.

Em 2008, 60,2% das associadas tinham um orçamento na faixa de até R\$ 1 milhão por ano. Em seguida, aquelas cujo orçamento anual estava entre R\$ 1 milhão e R\$ 3 milhões (30,6% dos casos). As demais faixas tinham as seguintes distribuições percentuais: 8,4% com mais de R\$ 3 milhões até R\$ 6 milhões, 3,7% com mais de R\$ 6 milhões até R\$ 15 milhões e 1,9% com mais de R\$ 15 milhões anuais. Esses dados, quando comparados com os anos 2004 a 2007, não variam muito, mas

chama a atenção o crescimento da faixa de até R\$ 1 milhão por ano, que aumentou em quatro anos em torno de 25,9% (ver Tabela 1). As faixas orçamentárias de mais de R\$ 1 milhão a R\$ 3 milhões também crescem um pouco, ao passo que as demais decrescem, excetuando-se a última, de mais de R\$ 15 milhões.

A análise das faixas orçamentárias também traz à tona a diversidade entre as organizações associadas à Abong, pois encontramos tanto organizações que têm recursos da ordem de R\$ 15 milhões anuais como organizações que têm recursos da ordem de menos de R\$ 10 mil anuais. Como característica mais geral entre associadas à Abong está a presença de organizações cujos orçamentos anuais estão nas faixas de R\$ 200 mil a R\$ 500 mil (18,5%), entre R\$ 500 mil e R\$ 1 milhão (23,1%) e entre R\$ 1 milhão e R\$ 2 milhões (17,6%), em 2008.

TABELA 1

ASSOCIADAS SEGUNDO O VALOR DO ORÇAMENTO POR FAIXA E ANOS – EM %

	2004	2005	2006	2007	2008
Até R\$ 10 mil	2,10	1,00	2,00	1,90	2,80
Mais de R\$ 10 mil a R\$ 50 mil	6,20	5,10	5,00	3,80	3,70
Mais de R\$ 50 mil a R\$ 100 mil	9,30	8,20	4,00	7,50	6,50
Mais de R\$ 100 mil a R\$ 150 mil	2,10	2,00	3,00	1,90	1,90
Mais de R\$ 150 mil a R\$ 200 mil	1,00	2,00	2,00	0,90	3,70
Mais de R\$ 200 mil a R\$ 500 mil	11,30	15,30	17,80	17,90	18,50
Mais de R\$ 500 mil a R\$ 1 milhão	23,70	24,50	18,80	21,70	23,10
Mais de R\$ 1 milhão a R\$ 2 milhões	18,60	20,40	24,80	20,80	17,60
Mais de R\$ 2 milhões a R\$ 3 milhões	9,30	6,10	6,90	8,50	6,50
Mais de R\$ 3 milhões a R\$ 4 milhões	4,10	4,10	3,00	3,80	6,50
Mais de R\$ 4 milhões a R\$ 6 milhões	5,20	3,10	5,00	3,80	1,90
Mais de R\$ 6 milhões a R\$ 9 milhões	1,00	4,10	2,00	2,80	2,80
Mais de R\$ 9 milhões a R\$ 15 milhões	3,10	1,00	3,00	1,90	0,90
Mais de R\$ 15 milhões	1,00	1,00	1,00	0,90	1,90
Sem orçamento (0,00)	2,10	2,00	2,00	1,90	1,90

Fonte: Panorama das Associadas Abong 2010.

Quando cruzadas a região geográfica em que se localizam as associadas com as faixas orçamentárias, encontra-se alguma correlação apenas para as faixas orçamentárias que estão nas duas “pontas”. Nas faixas que vão de menos de R\$ 10 mil a R\$ 50 mil há uma prevalência das organizações do Nordeste, com 50% delas. Já nas faixas que vão de mais de R\$ 6 milhões a mais de R\$ 15 milhões, 66,7% estão localizadas no Sudeste. Em contrapartida, quando analisadas as organizações que afirmaram ter isenção da cota patronal⁵ – elemento muito significativo nos custos de uma organização –, observa-se que 61,7% estão na região Sudeste. E, ao cruzar a isenção da cota patronal com as faixas orçamentárias, percebe-se que há uma relação entre ambas, já que nas faixas de até R\$ 1 milhão/ano, o percentual de quem tem isenção é de 33,4%. É importante salientar que apenas 18% das associadas têm essa isenção.

Ainda que a leitura da evolução orçamentária não revele uma situação de crise financeira em termos dos volumes acessados, a composição do orçamento oferece pistas importantes sobre a questão. Para facilitar essa compreensão, são apresentadas inicialmente as dinâmicas de composição do orçamento de 2007 por tipo de fontes.⁶ O eixo dessa análise está nas mudanças com relação ao percentual de cada fonte na composição dos orçamentos das associadas, destacando-se a constatação de que o modelo de gestão das organizações associadas à Abong é reflexo de suas relações de parceria político-financeira com as agências de cooperação e solidariedade internacional.

O modelo de gestão das organizações associadas à Abong é reflexo de suas relações de parceria político-financeira com as agências de cooperação e solidariedade internacional

5 Isenção previdenciária da cota patronal é a permissão de não recolher ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) contribuição de 20% sobre a folha de salários da instituição empregadora.

6 Os dados do Perfil 2006 para esta questão tomam por base as informações referentes a 2003.

Em 2003, os dados relativos à cooperação e solidariedade internacional concentravam-se nas faixas percentuais mais altas, ou seja, havia 22,5% das associadas que tinham entre 61% a 80% dos seus orçamentos daí advindos; e 35,2% que tinham de 81% a 100% do orçamento coberto pela cooperação. Esta situação apresenta uma mudança muito significativa em quatro anos, pois, nos orçamentos de 2007, a distribuição entre as várias faixas fica bastante equilibrada. Vejamos:

TABELA 2

FAIXAS DE PARTICIPAÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO NO ORÇAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES* – EM %					
	até 20%	21% a 40%	41% a 60%	61% a 80%	81% a 100%
Cooperação e solidariedade internacional	20,60	20,60	18,50	21,70	18,50
Empresas, institutos e fundações empresariais	57,40	21,30	12,80	4,30	4,30
Agências multilaterais e bilaterais	83,40	16,60	0,00	0,00	0,00
Contribuições associativas	94,10	5,90	0,00	0,00	0,00
Recursos públicos federais	80,0	5,70	8,60	2,90	9,80
Recursos públicos estaduais	80,0	5,70	8,60	2,90	2,90
Recursos públicos municipais	71,40	14,30	11,40	0,00	2,80
Doações de indivíduos	90,90	0,0	2,30	2,30	4,50
Comercialização de produtos e serviços	79,20	14,60	2,10	4,20	0,00

Fonte: Panorama das Associadas Abong 2010.
 (*) Com dados de orçamentos de 2007.

20,6% das associadas têm até 20% dos seus recursos vindos da cooperação (em 2003 esse percentual era de 7%); 20,6% têm de 21% a 40% de seus orçamentos cobertos pela cooperação; 18,5% têm de 41% a 60% dos seus recursos vindos desta fonte; 21,7% têm de 61% a 80%, e 18,5% têm de 81% a 100% de recursos orçamentários originários da cooperação e solidariedade internacional (ver Tabela 2).

É bastante significativa a movimentação que ocorreu em relação às duas faixas das pontas, o aumento na faixa menos de 20% e a diminuição na faixa que vai de 81% a 100%. Ainda que essa mudança aponte para uma

possível diminuição da chamada “dependência” dos recursos da cooperação, também indica que ela se deu em um prazo muito curto. Isso provavelmente ocorreu sem que houvesse condições para um rearranjo das dinâmicas de gestão institucional, de modo a não comprometer a estabilidade das ações estruturais das organizações associadas.

Outro aspecto é o fato de que essa mudança nos percentuais cobertos pela cooperação e solidariedade internacional se deu sem grandes quedas no volume dos recursos acessados pelas associadas no mesmo período. Ora, se assim o foi é porque possivelmente as organizações passaram a captar mais recursos de outras fontes, de modo a, no mínimo, manter-se nos mesmos patamares. Entretanto, de acordo com os dados da pesquisa, a recomposição dos recursos para manutenção do mesmo patamar provavelmente se deu a partir de várias fontes e não por meio de substituições diretas. Destaca-se a tendência dos recursos públicos federais a aumentar sua participação na composição dos orçamentos das associadas. Se, nos orçamentos de 2003, 16,7% das associadas tinham de 41% a 100% de seus orçamentos vindos dos recursos públicos federais, em 2007 esse percentual sobe para 37,4%.

Se, nos orçamentos de 2003, 16,7% das associadas tinham de 41% a 100% de seus orçamentos vindos dos recursos públicos federais, em 2007 esse percentual sobe para 37,4%

Ainda que as diferenças entre as amostras da pesquisa de 2004 e destas possam se refletir nos dados, é preciso destacar que o percentual de associadas que tinham de 81% a 100% dos seus orçamentos oriundos da cooperação e solidariedade internacional e dos recursos públicos federais tem uma alteração muito significativa quando se comparam os dois períodos. A participação das agências de Cooperação cai em 66%, ao passo que a participação dos recursos públicos federais cresce 71%.

Um movimento semelhante, ainda que com números menores, parece ocorrer com os recursos públicos estaduais, pois se em 2003 apenas 2,4% tinham de 41% a 100% dos seus orçamentos originários dos recursos públicos estaduais, em 2007 esse percentual é de 14,5%.

Outra fonte que apresenta uma tendência discreta de crescimento é a das empresas, institutos e fundações empresariais. Aqui o movimento se dá especialmente na faixa que vai de 21% a 41% do orçamento, pois se em 2003 apenas 8,3% das associadas tinham a participação dessas fontes nesse patamar, em 2007 esse valor cresce para 21,3%. É interessante observar que esse crescimento se dá em paralelo à diminuição na faixa de menor participação, ou seja, até 20%, faixa que em 2003 comportava 78% dos casos e em 2007 passa a comportar 54,4%.

As demais fontes (agências multilaterais e bilaterais, comercialização de produtos e serviços, contribuições associativas, recursos públicos municipais e doações individuais) mantêm seus patamares semelhantes no intervalo de tempo que analisamos. Outra informação que corrobora tanto para a tendência à diversificação de fontes

TABELA 3

COMPARAÇÃO FONTES DE FINANCIAMENTO ACESSADAS NOS PERÍODOS 2001-2004 E 2004-2008 (%)

	2001-2004	2004-2008
Cooperação e solidariedade internacional	50,50	50,00
Empresas, institutos e fundações empresariais	37,13	43,00
Agências multilaterais e bilaterais	10,89	1,80
Comercialização de produtos e serviços	27,72	25,90
Contribuições associativas	11,39	30,5
Recursos públicos federais	37,13	17,50
Recursos públicos estaduais	26,73	41,70
Recursos públicos municipais	25,74	32,40
Doações de indivíduos	26,24	29,60

Fonte: Panorama das Associadas Abong 2010.

TABELA 4

COMPARAÇÃO FONTES DE FINANCIAMENTO PERDIDAS NOS PERÍODOS 2001-2004 E 2004-2008 – EM %		
	2001-2004	2004-2008
Cooperação e solidariedade internacional	17,24	24,10
Empresas, institutos e fundações empresariais	7,88	8,30
Agências multilaterais e bilaterais	2,96	4,60
Comercialização de produtos e serviços	1,48	2,80
Contribuições associativas	1,97	1,80
Recursos públicos federais	5,42	9,80
Recursos públicos estaduais	7,39	14,80
Recursos públicos municipais	6,90	10,20
Doações de indivíduos	2,46	3,70

Fonte: Panorama das Associadas Abong 2010.

como para uma alteração significativa no modo de relação com estas fontes é a análise comparativa entre os dados da pesquisa de 2004 e a atual, no que se refere às novas fontes acessadas e às fontes com que a organização não conta mais.

Em 2008, houve um crescimento no acesso de quase todas as fontes, com exceção da cooperação e solidariedade internacional, das agências multilaterais e bilaterais e comercialização de produtos e serviços. Já as novas fontes acessadas que tiveram crescimento o fizeram em percentuais muito próximos (*ver Tabela 3*). Com relação às fontes perdidas, ainda em 2008 cresceram os percentuais de perdas para todas elas. É importante esclarecer que todos os percentuais de acesso foram maiores que o de perdas, à exceção das agências multilaterais e Bilaterais (*ver Tabela 4*).

Na Tabela 5, temos os dados sobre as fontes de financiamento das organizações associadas à Abong ampliados para um período de sete anos, de 2000 a 2007. O primeiro aspecto a se destacar é a estabilidade da presença da cooperação e solidariedade internacional como

fonte de financiamento das organizações. Os dados de 2000, 2003 e 2007 demonstram que 78% das associadas vêm contando com a cooperação nesses sete anos. Ou seja, ainda que pese o movimento de saída de agências de cooperação e solidariedade internacional que ocorreu nesse período, elas continuam sendo a base a partir da qual as associadas à Abong se estruturam, ainda que venha diminuindo o volume de recursos aportados.

Um movimento de queda está presente apenas na comercialização de produtos e serviços (uma das fontes dos chamados recursos próprios das organizações), pois se em 2000 ela estava presente em 46,4% das organizações, em 2007 esse percentual é de 38,7%. Há um conjunto de fontes que apresenta movimentos instáveis, seja de crescimento ou de diminuição no período analisado. Aqui se localizam as agências multilaterais e bilaterais, os recursos públicos estaduais e as contribuições associativas. Ainda que os dados disponíveis não nos possibilitem condições para afirmações muito precisas, consideramos que a instabilidade das fontes é um elemento importante para o entendimento da crise de sustentabilidade e, conseqüentemente, para a construção de estratégias de superação da mesma, dado que fontes de financiamento instáveis representam riscos para as organizações. Além disso, as três fontes citadas têm dinâmicas muito distintas. Portanto, não é possível uma estratégia única para diminuir os possíveis riscos.

Os recursos públicos federais também apresentam um movimento instável. Vejamos: em 2000, 45,4% acessaram essa fonte. Em 2003, o percentual cai para 36,6%; em 2007 há um crescimento muito significativo que o aproxima da cooperação e solidariedade internacional, pois 60,4% das associadas informam contar com esse tipo de recurso. Fizemos um destaque para essa fonte porque, diferentemente das acima mencionadas, sua presença como elemento de sustentabilidade das organizações é crescente tanto no que se refere ao número de associadas que a ela recorrem como no que se refere ao volume de recursos envolvidos.

Tais fatos acentuam os riscos para as organizações, reafirmando a necessidade urgente de modificações na legislação de acesso aos fundos públicos, de modo a deixá-los menos vulneráveis às políticas de governos e tornando-os efetivamente uma política de Estado. As fontes que nos últimos sete anos têm apresentado uma tendência crescente no financiamento das organizações associadas à Abong são as empresas, institutos e fundações empresariais, os recursos públicos municipais e as doações de indivíduos.

Com relação às duas primeiras, houve um aumento de quase nove pontos percentuais em sete anos, sendo o crescimento maior no período 2003–2007, passando de 35,1% para 41,5%. É importante destacar que, se for tomada como referência a primeira pesquisa realizada

pela Abong com suas associadas, os dados referentes a 1993 indicam que apenas 3% delas acessavam recursos de empresas, institutos e fundações empresariais, quadro que se modifica bastante em 14 anos. Tal modificação tem implicações muito importantes que não são possíveis de serem aqui analisadas, pois se referem a mudanças de percepções e posições nos dois sujeitos envolvidos na relação.

Contudo, em que pese o aumento da participação de empresas, institutos e fundações empresariais na sustentabilidade das organizações de defesa de direitos, ela é direcionada a determinados tipos de ação e de sujeitos. Em relação a estes últimos, só encontramos correlações entre o acesso a esse tipo de financiamento nas organizações que dirigem suas ações para crianças, adolescentes e jovens e para professores(as). E, conseqüentemente, as correlações com temas se fazem na educação, arte e cultura, comunicação e trabalho e renda.

As fontes que têm apresentado uma tendência crescente são empresas, institutos e fundações empresariais, recursos públicos municipais e doações de indivíduos

Os recursos públicos municipais vêm mantendo um crescimento bastante estável. Em 2000, 22% das associadas acessavam esses recursos e, em 2007, esse percentual sobe para 30,2%. Uma questão importante aqui se refere às possíveis causas das diferenças entre as dinâmicas do conjunto dos chamados recursos públicos, pois quais são os processos que fazem com que o acesso a recursos públicos municipais seja crescente e estável, ao passo que o acesso a recursos estaduais e federais sofram oscilações? Não é possível, no escopo deste texto, aprofundar tal análise, mas três hipóteses merecem atenção: a) o volume de recursos municipais é, geralmente, menor que os estaduais e federais; b) a descentralização das políticas públicas faz com que haja mais oportunidades no âmbito municipal; c) as ações realizadas no nível local possibilitam relações mais articuladas entre os vários sujeitos envolvidos.

Por fim, as doações de indivíduos apresentam um crescimento bastante significativo, pois se em 2000 apenas 12,2% fazem menção a essa fonte, em 2007 o percentual sobe para 42,2%. É possível inferir que, com o passar dos anos, as ações desenvolvidas pelas organizações de defesa de direitos tenham ganhado visibilidade e legitimidade na sociedade, o que é um aspecto muito positivo, parecendo indicar que há possibilidade de ações coletivas que potencializem esse crescimento. Mas vale a pena destacar que só há correlação estatística entre doações de indivíduos e os temas educação, justiça e promoção de direitos e trabalho e renda, sendo que nos dois primeiros casos a correlação é mais forte.

Desse modo, parece haver restrições ou direcionamentos muito determinados para esses recursos. Tais restrições e direcionamentos são muito semelhantes àqueles encontrados nos recursos oriundos de empresas, institutos e fundações empresariais. É importante atentar para o fato de que as três fontes acima mencionadas, que apresentaram crescimento estável nesses últimos sete anos, localizam-se majoritariamente na faixa de até 20% do orçamento. No caso da doação de indivíduos, 90% dos casos se encontram nessa faixa. Ora, se por

um lado a diversificação de fontes é um processo bastante positivo, não é possível pensar que apenas isso garantirá condições materiais de existência necessárias e suficientes para as organizações de defesa de direitos. Consideramos que análises mais acuradas sobre a relação custo/benefício desse tipo de fonte são importantes para a sua compreensão na dinâmica da sustentabilidade das associadas à Abong.

TABELA 5

COMPARAÇÃO FONTES DE FINANCIAMENTO EM 2000, 2003 E 2007 – EM %

	2000	2003	2007
Cooperação e solidariedade internacional	78,57	78,71	78,30
Recursos públicos federais	45,41	36,63	60,40
Doações de indivíduos	12,24	38,61	42,40
Empresas, institutos e fundações empresariais	32,65	35,15	41,50
Comercialização de produtos e serviços	46,43	42,57	38,70
Recursos públicos municipais	22,45	27,23	30,20
Contribuições associativas	26,02	20,79	29,20
Recursos públicos estaduais	32,65	22,28	28,30
Agências multilaterais e bilaterais	6,12	10,40	3,80

Fonte: Panorama das Associadas Abong 2010.

Breve histórico

As associadas à Abong tiveram – e ainda têm — seu lastro de sustentação na cooperação e solidariedade internacional. Assim, seus modelos organizativos tendem a ser dinamizados de modo a responder aos requerimentos dessa relação que em geral são mais simples, flexíveis, com temporalidades maiores e com cobertura de um conjunto mais amplo de gastos institucionais. Podemos afirmar que a lógica da cooperação e solidariedade internacional no Brasil foi marcada muito mais por um compromisso com as organizações do que com a execução de uma determinada ação.

Tal modelo funcionou bem durante certo período, ainda que em termos históricos a velocidade das mudanças nessa relação seja de tal monta e com tantas variações que não permite nem uma mínima periodização. É possível afirmar que funcionou por “certo período” porque há uma coincidência temporal, também política, entre a introdução do conceito e/ou dimensão de sustentabilidade na prática e discurso das organizações de defesa de direitos e a introdução, via agências de cooperação e solidariedade internacional, de lógicas organizativas distintas daquelas com as quais as organizações operavam.

Na mesma sequência, os projetos elaborados pelas organizações passaram a incluir o chamado item sustentabilidade que sinteticamente trata do modo como uma dada ação poderá ser continuada caso os recursos que a financiam não mais estejam disponíveis. É evidente que tais processos não se deram de modo abrupto, eles foram se constituindo e consolidando num jogo complexo de forças políticas que estavam para além do controle das agências de cooperação e solidariedade internacional. Pode-se, inclusive, afirmar que foi o campo político formado pelas agências e seus parceiros que foi afetado por mudanças nas sociedades e governos do Norte.

Ou seja, foram as estruturas e os projetos políticos institucionais que apostavam em processos de longo prazo e de transformações profundas, e não resultados imediatos, que passam a ser questionados a partir dos anos 2000. Mas não é tarefa simples ajustar estruturas – ainda mais quando as consideramos boas e coerentes com a nossa visão de mundo – e manter a ação sociopolítica funcionando.

Como o compromisso forte das organizações de defesa de direitos é com os sujeitos com os quais trabalham e com a luta por criar consciência crítica e cidadania, a busca por recursos para manter as ações tem sido mais importante do que o debruçar-se sobre a gestão institucional de modo profundo. Desse modo, a captação de recursos terminou por ocupar um lugar central tanto na ação das ONGs como da cooperação e solidariedade internacional, que a partir dos anos 2000 começa a oferecer um sem-número de cursos e processos diversos com o objetivo de tornar as primeiras mais capacitadas para obter seus próprios meios de sustentação. Ocorre que um dos requerimentos para se fazer, dentro dos modelos propostos, uma boa captação é ter uma equipe administrativa que possa se dedicar tanto à busca de novas oportunidades como à gestão financeira de uma organização com fontes muito diversificadas. Ora, uma das orientações fortes do período em que o foco estava nas estratégias gerenciais foi exatamente a diminuição das equipes administrativas.

A situação agrava-se mais ainda quando sabemos que a maior parte das fontes que podem ser acessadas tem lógicas de funcionamento muito diferentes daquelas da cooperação e solidariedade internacional. Destacamos duas delas: o tempo de duração dos projetos financiados (que na maioria dos casos é de um ano) e as imensas restrições dos recursos públicos, em todos os níveis, com relação a pagamento de pessoal e custos trabalhistas. Há também a instabilidade e limites de certos tipos de fontes, como é o caso da venda de produtos e serviços. A maioria das organizações de defesa de direitos não gera “produtos vendáveis”, dado que suas perspectivas

principais de trabalho são a formação de consciência crítica e cidadania e a promoção de justiça e direitos.

As possibilidades daí advindas são pequenas e agrega-se a isso o fato de que não há escala que possibilite a essas organizações investirem nesse tipo de ação, seja para baratear seus custos, no caso dos produtos, seja para manter as ações financiadas nos projetos e criar condições de vender serviços com uma equipe de até cinco pessoas, como é o caso de grande parte das associadas à Abong.

Quando se constata que os recursos públicos federais tendem a ser uma das principais fontes para as organizações de defesa de direitos, é impossível não assinalar o traço de forte vulnerabilidade que esse processo traz, caso não sejam feitas mudanças substantivas nas modalidades de acesso a tais recursos. A duração dos projetos, as restrições aos gastos com pessoal fixo e gastos institucionais gerais, aliados à ênfase na execução de políticas públicas governamentais são, em muitos pontos, incompatíveis não só com os modelos institucionais que temos, mas principalmente com o que compreendemos como sendo organizações sustentáveis em suas dimensões financeira e política.

Talvez a questão que deveríamos nos colocar é: como, ou com que custos institucionais e políticos, temos conseguido manter os recursos captados nos mesmos patamares, com tantas fragilidades e equações improváveis. Uma resposta pode ser que a presença ainda forte da cooperação e solidariedade internacional nos possibilita um lastro para que consigamos manter um mínimo de estrutura de pessoal, o coração do trabalho das organizações de defesa de direitos. Não se trata de reforçar a recorrente ideia de que as associadas à Abong são dependentes dos recursos da cooperação – os recursos são necessários, mas não insubstituíveis. O cerne da questão está na estrutura e no modo de gestão de cada associada, refletindo uma concepção política do sentido de existência dessas organizações.

Desse modo, a crise de sustentabilidade experimentada pelas organizações de defesa de direitos se caracteriza menos pela escassez de recursos monetários e mais pela revelação da vulnerabilidade da própria estrutura institucional, ou ainda, do modo de conceber e articular a própria existência e sua ação para o mundo. O que se busca é pensar coletivamente quais são os formatos institucionais compatíveis com a tendência de diminuir nossas relações com a cooperação, a relação que em grande medida nos possibilitou existir nos formatos atuais.

SUSTENTABILIDADE DAS ONGS NO BRASIL

Anexos

Responsabilidade social empresarial ou investimento social privado?

Antônio Eleilson Leite

Coordenador do programa de cultura da ONG Ação Educativa, integrou a Coordenação Regional da Abong no Estado de São Paulo

Objeto de análise desta publicação, o levantamento feito pela Abong, em 2009, a fim de caracterizar a relação de suas associadas com o setor privado apontou, entre muitas questões, uma grande confusão sobre a forma como as organizações filiadas entendem a ação social das empresas. De modo geral, as ONGs entrevistadas não souberam distinguir com exatidão o conceito de responsabilidade social empresarial (RSE) do conceito de investimento social privado (ISP). Com base nessa questão, este texto apresenta as diferenças entre eles, de acordo com seus idealizadores no Brasil – o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife).

RSE está para o Instituto Ethos, assim como ISP está para o Gife. Essas duas organizações empresariais, ambas sem finalidade lucrativa, surgiram na década de 1990, época em que se disseminou no Brasil a ideia do terceiro setor. O Gife foi criado em 1995, e o Ethos se formou três anos depois. Hoje, o primeiro reúne 112 filiados, e o segundo tem uma carteira de associados com 1.396 empresas.

Para o Instituto Ethos, RSE é

a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.³

O Gife define o ISP como uma ação filantrópica, mais especificamente um “repasso voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público”.⁴

Para distinguir um do outro, o Ethos define:

a filantropia é basicamente uma ação social externa à empresa, que tem como beneficiária principal a comunidade em suas diversas formas (conselhos comunitários, organizações não governamentais, associações comunitárias) e organizações. A responsabilidade social é focada na cadeia de negócios da empresa e engloba preocupações com um público maior (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente), cuja demanda e necessidade a empresa deve buscar entender e incorporar aos negócios. Assim, a responsabilidade social trata diretamente dos negócios da empresa e de como ela os conduz.⁵

O Gife resume didaticamente a diferença: “RSE é recursos privados para fins privados; ISP é recurso privado para fins públicos”.⁶

3 Fonte: www.ethos.org.br

4 Fonte: www.gife.org.br

5 Fonte: www.ethos.org.br

6 Fonte: www.gife.org.br

Protagonismo empresarial

A emergência do neoliberalismo e o consequente esvaziamento do Estado promovido pelo Governo Collor (1990–1992) e pelos dois mandatos (1995–2002) do presidente Fernando Henrique Cardoso criaram, na década de 1990, o caldo de cultura no qual a ação social empresarial ganhou força, fazendo surgir o Instituto Ethos e o Gife. Ambos justificam sua existência com o argumento de que o Estado, por suas deficiências crônicas, não dá conta sozinho das demandas sociais e, para isso, é preciso o protagonismo empresarial a fim de ajudar nas soluções dos problemas que resultam nas enormes carências e desigualdades existentes no país. Mas a presença dessas organizações não tem um impacto social tão grande quanto apregoa sua missão. O Gife admite que apenas 20% do investimento social privado é aplicado à luz de seus preceitos. Do outro lado, muito do que o Instituto Ethos prega é obrigação das empresas. Não há nada de tão alvissareiro nos mandamentos da RSE. O Código de Defesa do Consumidor, posto em prática, garantiria a maior parte do que é defendido por essa organização.

O Gife admite que apenas 20% do investimento social privado é aplicado à luz de seus preceitos. Do outro lado, muito do que o Instituto Ethos prega é obrigação das empresas

Entre os indicadores de responsabilidade social do Instituto Ethos estão, por exemplo: emissão de notas fiscais; desenvolvimento de mecanismos para ouvir reclamações e sugestões dos consumidores; combate ao assédio sexual, racismo e outras discriminações; contratação de deficientes físicos e ex-presidiários; verificação da procedência dos produtos adquiridos; e combate ao trabalho infantil. São cerca de 70 itens pelos quais a empresa associada deve zelar. Ou seja, são requisitos, cuja maioria está definida em lei; o empresário tem que cumpri-los. E o que não é legal no postulado de RSE é o básico daquilo que se pode esperar de uma empresa séria.

Com apenas 11 anos de existência, o Instituto Ethos chegou à marca de 1.396 filiados, que, segundo a organização, respondem por 35% do PIB e empregam 2 milhões de pessoas. Parece uma megaorganização de ampla presença nacional. Mas não é bem assim. Metade dessas empresas (683) são micro e pequenas. As de porte médio representam 18%. Já as grandes empresas são apenas 32,66% que somam 456 empresas. Por outro lado, a grande maioria das empresas associadas (75%) está no Sudeste; só em São Paulo estão 53% delas. E tem de tudo: universidades, hotéis, unidades do Serviço Social do Comércio (Sesc) e Serviço Social da Indústria (Sesi), inúmeras empresas de serviços, cartórios e até o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad). As grandes indústrias e bancos, cuja imagem está muito associada ao Ethos, são minoria e estão quase todos em São Paulo.

O Gife, por sua vez, reúne a nata do empresariado brasileiro. A grande maioria é associada por meio de seus institutos e fundações. Mas há casos como o Bradesco, que consta como empresa e também como fundação. Do mesmo modo, são associadas a TV Globo e a Fundação Roberto Marinho. O Gife enaltece o fato de que, juntas, as 112 filiadas investem R\$ 1,15 bilhão em projetos sociais, de arte e de desenvolvimento comunitário. Mas, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), isso representa apenas 20% do que o setor privado destina à área social, que corresponde a R\$ 4,7 bilhões. Essa diferença certamente representa os recursos destinados para ações assistenciais ou mecenato.⁷ Entretanto, R\$ 1 bilhão ou R\$ 4 bilhões são ambas cifras diminutas se cotejadas, por exemplo, com o lucro de apenas um dos grandes bancos brasileiros, o Bradesco, que em 2009 chegou a R\$ 10 bilhões, ou o montante movimentado pela filantropia americana, que, em 2008, alcançou US\$ 300 bilhões.

Além disso, as duas organizações que defendem os conceitos de RSE e ISP representam muito pouco do universo do empresariado brasileiro,

7 A Construtora Odebrecht doou para o Teatro Municipal de São Paulo um piano Steinway no valor de R\$ 400 mil sem renúncia fiscal. É mecenato mesmo (cf. *Folha de S. Paulo*, 1º set. 2009).

pelo menos em termos numéricos, já que existem mais de 5 milhões de empresas no Brasil. O Gife e o Instituto Ethos reúnem em seu interior corporações muito diferentes tornando ainda mais difícil a compreensão desse campo. Observando a lista de filiados do Gife, encontramos instituições como a Fundação Kellogg, Fundação Ford e Fundação Avina, parceiras históricas da Abong e de muitas de suas filiadas, ao lado de Fundação Bunge e Fundação Cargill, que são alvo de severas críticas por parte das entidades ambientalistas e dos movimentos sociais. Por outro lado, a Monsanto e Aracruz, reconhecidas violadoras de direitos ambientais, assinaram o código de ética do Instituto Ethos, comprometendo-se a defender a ecologia, entre outras práticas socialmente responsáveis.

É certo que há, sim, empresas que atuam com mais responsabilidade ou com maior compromisso social que outras. Mas suas ações sociais, no fundo, são estratégias que, se não são de *marketing* propriamente, não podem ser vistas dissociadas dos interesses de mercado da empresa. Cientes ou não, as ONGs que fazem parcerias com essas empresas, seja diretamente ou por meio de suas fundações e institutos, acabam por ajudá-las a se posicionar melhor na sociedade e, por consequência, aumentar seus ganhos. Isso não significa que as ONGs devam abrir mão dessa possibilidade de cooperação. Trata-se de um campo interessante de parceria que pode ser qualificado ainda mais com a participação de ONGs filiadas à Abong. Mas é preciso ter consciência de que se trata de uma relação que tem limites.

PARA SABER MAIS:

BEGHIN, Nathalie. *A filantropia empresarial: nem caridade, nem direito*. São Paulo: Cortez, 2000.

GARCIA, Joana. *O negócio social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

INSTITUTO AKATU. *Responsabilidade social empresarial: um retrato da realidade brasileira*. São Paulo: Instituto Akatu, 2005. (Cadernos de Pesquisa n° 4).

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da dimensão participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Quadro de caracterização das empresas do Grupo de Institutos e Fundações Empresariais (Gife) que apoiam organizações da Abong

Além de explorar e iniciar processo de análise crítica do acesso das organizações associadas à Abong a fundos privados nacionais, esse projeto de pesquisa também incluía o objetivo de identificar as principais características das empresas e institutos privados do Brasil.

Entre as organizações pesquisadas, 18 delas – Ação Educativa, Agende, Avisa Lá, CDI, Cecip, CCLF, Com. Cultura, Cria, Cunha, Ecoa, Ecos, Etapas, Gacc-MA, Ibase, ISA, Iser, MOC e Pólis – acessam ou já acessaram recursos de organizações afiliadas ao Gife. Por isso, foram selecionadas dez empresas ou fundações empresariais pertencentes ao Gife, entre as que apoiam e não apoiam associadas à Abong, relacionando algumas de suas características que possam contribuir para elaborar questões relevantes para futuras análises desses fundos no Brasil.

Foram selecionadas sete que apoiavam projetos de outras organizações e três que têm como política desenvolver suas próprias ações de responsabilidade social. O critério de escolha foi que o conjunto das sete abrangesse todos os temas do Gife e que, ao mesmo tempo, contemplasse – na qualidade de financiador – o maior número possível de associadas à Abong envolvidas na pesquisa.

Como primeiro passo, essas dez empresas ou fundações empresariais estão apresentadas nos quadros seguintes, considerando informações encontradas no “Censo Gife 2007/2008” sobre seu ano de fundação, volume de recursos aportado na sua ação social, sua missão e política de acesso a recursos. A partir disso, numa segunda etapa de trabalho, podem ser levantadas questões relevantes e avançar de fato numa análise sobre os diversos aspectos levantados: se há relação entre ano de fundação, o fato de apoiar ou não organizações da sociedade civil e o discurso contido nas missões, entre outros.

Critério	Financiam	Não financiam
Ano de fundação	3 – nos anos 90 (Telefônica, Ayrton Senna, C&A) 3 - nos anos 2000 (Avon, Gerdau, HSBC) 1 – não informa (Vale)	1 – nos anos 50 (Bradesco) 1 – nos anos 70 (Cargil) 1 – nos anos 90 (Coca-Cola)
Missão	<p>Fundação Telefônica – Construção do futuro da comunidade onde atua / desenvolvimento social pela educação, utilizando suas capacidades e recursos humanos, materiais e tecnologias.</p> <p>Fundação Vale - Desenvolvimento integrado – economia / ambiental / social – da comunidade onde atua, articulando e potencializando investimento social, fortalecimento do capital humano das comunidades e respeitando a identidade cultural e local.</p> <p>Instituto Avon - Foco na mulher. Tudo que possa promover sua qualidade de vida de forma integral. Ações transformadoras, por meio da mobilização social, identificando e fortalecendo as organizações que já existem, apoiando projetos e incentivando troca de experiências.</p> <p>Instituto Ayrton Senna – Criar condições e oportunidades para todas as crianças e jovens desenvolverem seu potencial como pessoas, cidadãos e profissionais. Superar diferença entre desenvolvimento econômico e social no Brasil. Trabalhar para desenvolvimento humano das novas gerações</p> <p>Instituto C&A de Desenvolvimento Social – Promover educação de crianças e adolescentes das comunidades onde atua, por meio de alianças e do fortalecimento de ONGs.</p> <p>Instituto Gerdau – Mesma missão da empresa. Atua preferencialmente onde tem unidades.</p> <p>Instituto HSBC de Solidariedade – Parte da premissa de que um mundo feliz é construído a partir da solidariedade, responsabilidade e cidadania. Desde 1997 tem política de responsabilidade social, mas só depois é criado o Instituto. Seu objetivo é gerir o investimento social do HSBC e de pessoas físicas e jurídicas que desejarem contribuir.</p>	<p>Fundação Bradesco – Atuar com comunidades carentes para redução do analfabetismo e redução das desigualdades socio-culturais.</p> <p>Fundação Cargil – Preparar próximas gerações para o sucesso na educação, no trabalho e na vida.</p> <p>Instituto Coca-Cola Brasil – Mobilizar a sociedade pela influência do sistema Coca-Cola. Promover programas transformacionais de significativo impacto no desenvolvimento socioambiental do país.</p>

Critério	Financiam	Não financiam
Recursos investidos	<p>Fundação Telefônica – Não informa.</p> <p>Fundação Vale – Não informa.</p> <p>Instituto Avon – Em 2003, R\$ 14 milhões (70% desse recurso vem da venda de alguns produtos). São usadas a infraestrutura e a rede de revendedores.</p> <p>Instituto Ayrton Senna – Em 13 anos, investiu R\$ 161.700 milhões.</p> <p>Instituto C&A de Desenvolvimento Social – Não informa.</p> <p>Instituto Gerdau – R\$ 51.600 milhões, em 2006; R\$ 71 milhões, em 2007; R\$ 103 milhões, em 2008 (projetos com participação voluntária de colaboradores, ou seja, funcionários).</p> <p>Instituto HSBC de Solidariedade – Não informa.</p>	<p>Fundação Bradesco – Em dez anos financiou R\$ 1.513 bilhões (R\$ 3.124 bilhões, se atualizado). Em 2008, R\$ 220.791 milhões</p> <p>Fundação Cargil – Não informa.</p> <p>Instituto Coca-Cola Brasil – Não informa.</p>
Formas de acesso	<p>Fundação Telefônica – Informa apenas o que não é aceito: não patrocina material, eventos, bolsas de estudo, construção ou manutenção de ONGs. Investimentos não subvencionam serviços da Telefônica. Não apoia pessoas ou empresas com fins lucrativos.</p> <p>Fundação Vale – Diagnóstico e plano para região são feitos pela empresa (Plano de Gestão Integrada Socioeconômica – PGI), com destaque para indicadores de impacto. Para execução do Plano, é feita parceria com governos, ONGs e empresas. Acompanhamento de indicadores e atualização do diagnóstico. Não financia fora das áreas de atuação da empresa.</p> <p>Instituto Avon – Seleção de projetos; critérios técnicos e éticos de acordo com a missão. Durante a execução, gerencia recursos, monitora ações e resultados.</p> <p>Instituto Ayrton Senna – Não informa.</p> <p>Instituto C&A de Desenvolvimento Social – Inscrição de projetos, com restrição para cidades onde não tem C&A e projetos de outras áreas e beneficiários que não sejam a prioridade do Instituto./ Política – não oferece serviço direto, e sim apoia organizações com <i>know-how</i>. ONGs são parceiras (compartilham valores, procedimentos e normas para construção coletiva). Trabalho por ciclo de três anos. Não é mero financiador, participa do projeto.</p> <p>Instituto Gerdau – Segue diretrizes do investimento em responsabilidade social. Projetos em comunidades vizinhas às unidades. Não apoia projetos que favoreçam pessoas individualmente. Busca fortalecer parcerias para otimizar oportunidades e recursos. Apoiar projetos de acordo com focos de responsabilidade social e diretrizes de cada operação de negócios, assim como com orçamento para o período. Opera por meio de comitês nas unidades. Foco na educação e transmissão de conhecimento em tecnologia de gestão (<i>expertise</i> da Gerdau para a sociedade). Apoiar ONGs geridas por empreendedores idôneos e com razoável organização. Investe no desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas da Gerdau (agrega valor à empresa e à comunidade). Sensibiliza, capacita e valoriza o trabalho voluntário de seus colaboradores, ou seja, funcionários.</p> <p>Instituto HSBC de Solidariedade – Abertura e seleção de projetos. Envio do projeto segundo critérios e formulário próprio, com cronograma. Aval do padrinho ou madrinha – funcionários que aceitam acompanhar projetos. Aval do comitê técnico de avaliação, formado por especialistas, membros de ONGs e colaboradores do HSBC. Se aprovado, vai para o Comitê de Sustentabilidade, que se reúne a cada quatro meses e estabelece e direciona estratégias e ações para investimento social (diretoria executiva, consultores especialistas e representantes regionais e das diversas áreas da empresa). Formalização da parceria: 60 dias para apresentar documentação requerida.</p>	

